

A Tribuna Operária volta a circular novamente na primeira semana de janeiro

Tribuna Operária

ANO VI — Nº 198 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1984 A 6 DE JANEIRO DE 1985

Cr\$ 500,00

Últimos dias da ditadura militar

NOVA ETAPA NA LUTA DO POVO



Em quatro páginas, o balanço de 1984, que bateu o recorde de manifestantes nas ruas (7,8 milhões) e fez soar o toque de finados para a ditadura militar de 64.

A grandeza, os desafios e as bandeiras de combate do movimento operário e popular na nova fase que se anuncia com a vitória da candidatura Tancredo Neves. Figuras da política e da cultura dizem o que mudará em 85. Páginas 6 a 9.

1985

1984

EDITORIAL

Ano de turbulência

Entramos em 1985 com um novo governo de fato, com amplo respaldo político, dirigido por Tancredo Neves. Nele os brasileiros depositam grandes esperanças para mudar o país. Por outro lado resta ainda no Palácio do Planalto um monstro de crepito, encabeçado formalmente pelo general Figueiredo, que é ainda, de direito, o governo do país e representa o que existe de mais reacionário e obscurantista, merecendo o repúdio da quase totalidade da nação.

O novo governo vive, desde já, sob tensão. Em particular é objeto de uma guerra para decidir seus primeiros passos quando assumir legalmente a administração, em 15 de março. Daqui por diante cada vez mais estará em todo canto instalada a polêmica sadia e democrática, mas acirrada, sobre o que serão os "cem dias" iniciais e, em consequência, todo o seu mandato.

Para se ter uma idéia, basta ver o confronto que já se anuncia sobre a questão dos salários. O próprio Tancredo Neves, ao orientar a equipe econômica da Aliança Democrática, afirmou que "o crescimento deverá traduzir-se também em uma recuperação do poder de compra dos assalariados". Imediatamente levantaram-se vozes, de defensores do empresariado, para declarar que admitem o aumento da "massa de salários" mas que se opõem a um "aumento dos salários", porque isto "aumentaria a inflação".

Traduzindo em português claro: os empresários desejam o crescimento econômico e o decorrente aumento de empregos, para fazer crescer os seus lucros. Mas pretendem que os trabalhadores continuem com o cinto apertado (os que ainda têm cinto!). E ainda esperam certamente que os operários agradeçam, porque o desemprego diminuirá.

É evidente que para fazer valer tal orientação estes senhores não

aceitariam também alterações substanciais na legislação trabalhista, principalmente no que diz respeito à liberdade sindical e ao direito de greve. Porque ninguém deve ter dúvidas: os trabalhadores não aceitarão passivamente "recuperar" o capitalismo e continuar vivendo na miséria, com sua família passando fome. Pelo contrário, a classe operária quer liberdade não para baixar a cabeça e trabalhar como animal de carga, mas para defender seus direitos e para exigir salários justos, com reposição do que perdeu nestes 20 anos de arrocho.

Por aí já se vê a batalha que haverá em torno do falado mas pouco explicado "pacto social". Para o povo o que importa são medidas sérias, para mudar: soluções concretas para livrar o país da afronta e da humilhação diante do FMI em função da dívida externa; garantia de liberdade a mais ampla possível; alterações de emergência na atual legislação com o fim de dar condições para que a Constituinte em 1986 seja verdadeiramente livre e soberana; atendimento de suas reivindicações mais sentidas, para ter melhores condições de vida e de trabalho. Para os patrões, o sonho dourado é conceder algumas migalhas e semear ilusões com uma democracia subdesenvolvida, jogando mais uma vez sobre o povo a parte podre da fruta, os sacrifícios, enquanto eles mantêm seus privilégios e recuperam suas empresas.

Destoada forma, 1985 será um ano de turbulência. O povo lutará para garantir a democracia e lutará, nas condições de um sistema democrático, para defender seus interesses, e para salvar o Brasil da calamidade. O governo Tancredo Neves tem o dever de assegurar o jogo livre das pressões sociais, conteúdo maior da democracia. O povo quer ter voz ativa. E vai falar com o coração aberto, com esperança e com decisão.



Vida e morte de um revolucionário de 35

Morre na Bahia, aos 84 anos, o sapateiro José Praxedes, líder do governo revolucionário popular de Natal durante a insurreição de 1935. Suas memórias sairão em livro. Leia na pág. 3

Comício na Praça da Sé em clima de vitória de Tancredo Neves

Perto de 100 mil pessoas e 10 governadores (inclusive Leonel Brizola) no ato em SP. Pág. 10

Bairros de todo o Brasil dão vida nova à sua Confederação

Mais de 3 mil participaram do 2º Congresso Nacional das Associações de Moradores. Pág. 10

Afeganistão, o Vietnã da URSS imperialista

No quinto aniversário da invasão soviética, as derrotas militares e o desmascaramento político da URSS de hoje, socialista em palavras e imperialista de fato. Página 2

PCCh abre o jogo: é contra o marxismo!

Partido de Mao Tsetung e Teng Hsiaoping afirma na primeira página de seu órgão oficial que considera "ultrapassada" a teoria de Marx e de Lênin. A confissão da direção chinesa na pág. 5



Mais de 600 mulheres de 18 Estados tomaram parte ativa nos debates

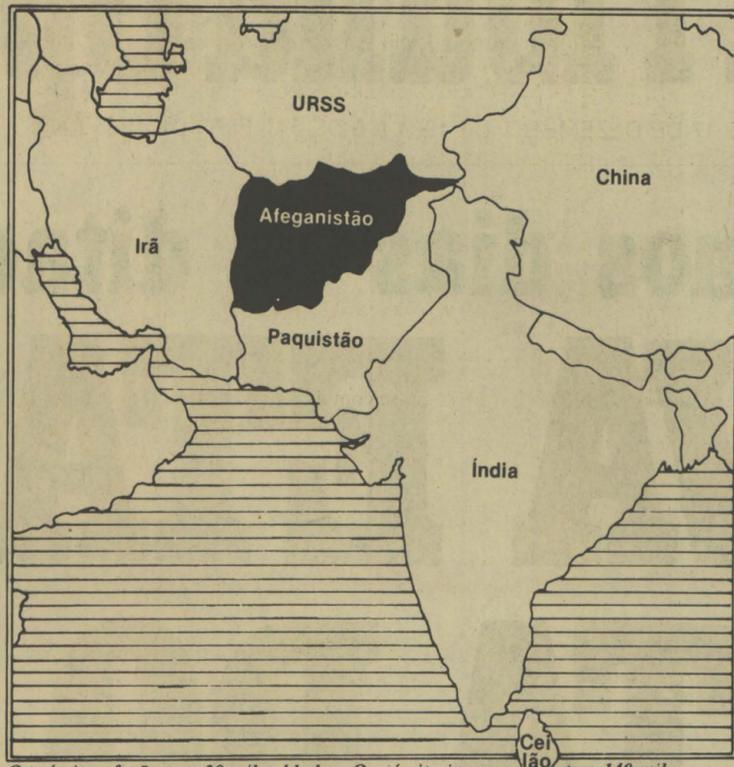
Mulheres querem governo com mudanças para valer

Seminário Nacional da Mulher do PMDB em Curitiba, fixa pontos de luta do movimento feminino no governo Tancredo. Página 3

5 anos de resistência no Afeganistão

No próximo dia 27 completam-se cinco anos da invasão soviética no Afeganistão. Na época a URSS apresentou a agressão como uma "ação limitada", objetivando "ajudar o governo afegão a derrotar a agressão estrangeira" e em seguida sair do país. Mas de lá para cá o exército soviético vem sendo forçado a aumentar a sua presença no Afeganistão, em função do grande crescimento da luta guerrilheira de resistência. Na realidade, o verdadeiro "agressor estrangeiro" é o exército soviético.

Desde a década de 60, e em especial da década de 70, a problemática do Afeganistão passou a se enquadrar na acirrada disputa inter imperialista na região do Oriente Médio. Esta região concentra grande parte da produção mundial do petróleo, num momento em que todo o sistema capitalista-revisionista é sacudido por uma gravíssima crise energética. Além do mais, o Oriente Médio ocupa uma posição estratégica do ponto de vista militar. Sem dominar as vias de comunicação terrestres, marítimas e aéreas dos países deste local, é difícil para as potências imperialistas realizarem seus planos de expansão e ocupação na África e na Ásia, e nos oceanos Atlântico e Pacífico.



O exército afegão tem 30 mil soldados. O exército invasor tem 140 mil

"Khalq", que representa interesses de setores dos camponeses ricos de origem Pashtun.

Em 1979, dois processos no Afeganistão passaram a preocupar os dirigentes soviéticos. Por um lado, a vitória da revolução iraniana começou a empolgar alguns setores muçulmanos revolucionários a tentar estabelecer no país uma república islâmica tipo iraniana. Isto enfraqueceu ainda mais o governo, que já era combatido pelas antigas lideranças feudais tribais. Por outro lado, o primeiro ministro Hafizullah Amin, da ala Khalq, começou a esboçar uma política externa um pouco mais independente de Moscou. Em dezembro, os revisionistas chamaram a Moscou o líder da ala Parcham, que servia como embaixador afegão em Praga. Ainda no exterior este líder Karmal declarava que havia "derrubado" Amin e "solicitava" o apoio militar soviético. As forças leais a

Amin são derrotadas e este é executado, dando início à ocupação militar soviética no país.

Desde o primeiro momento, o povo afegão se levantou contra o invasor social-imperialista. Foram realizadas inúmeras manifestações estudantis e greves na própria capital. A luta guerrilheira irrompeu nas montanhas, em particular na província de Badash e no vale Konar.

As forças armadas afegãs, por seu turno, entraram em completa desagregação e desmoralização, diante do aumento da luta de resistência. De 100 mil efetivos que tinha antes da invasão, passou a ter hoje menos de 30 mil. Enquanto que os soviéticos, que iniciaram a ocupação com 80 mil soldados, tiveram que aumentar esse efetivo para 140 mil homens armados até os dentes com o que há de mais moderno no arsenal do Kremlin.

A resistência afegã tem usado os esquemas clássicos de luta guerrilheira, fustigando as forças ocupantes e buscando refúgio nas montanhas. As tropas de ocupação só conseguem se manter seguras nas cidades, e não controlam mais de 30% do território do país. O número de baixas para os soviéticos já se aproxima de 20 mil, entre mortos e feridos.

As forças da URSS tentam minar a resistência atacando indiscriminadamente a população civil, que apóia os guerrilheiros. Face ao terror, mais de 3,5 milhões de afegãos buscaram refúgio no Irã e Paquistão.

Divisão interna prejudica a luta de libertação

O principal problema enfrentado pela resistência, no entanto, tem sido a própria divisão interna entre os segmentos que combatem as forças de ocupação. Estados Unidos e China alimentam estas divisões, buscando apoio em velhas lideranças feudais e monárquicas para abrir caminho para a sua própria dominação no país ao combater os soviéticos.

Aproveitando-se disso, os dirigentes revisionistas de Moscou tentam caracterizar a resistência como um bando de mercenários a serviço do Ocidente. Mas os principais grupos da resistência são precisamente os que pregam uma revolução islâmica, como a do Irã, para o Afeganistão, e se opõem aos EUA e à China tanto quanto à URSS.

É o caso do grupo Movimento Islâmico do Afeganistão, liderado pelo xiita Hohammed Qandahari, e sobretudo do Partido Islâmico, liderado por Hikmatyar. Estes não aceitam sequer sentar para conversar com os grupos feudais monárquicos que mantêm uma aliança com o Ocidente. Há ainda na resistência, embora com menor força, agrupamentos democráticos e progressistas de esquerda. E o povo afegão demonstra mais uma vez que, por menor e despreparado que seja, qualquer povo se agiganta ao empreender uma luta justa de defesa da sua liberdade e independência. (Luís Fernandes)

Desde o começo o povo afegão lutou contra o invasor

O Oriente Médio é hoje um dos pontos de maior tensão na situação mundial. É um local de rivalidade política e econômica aberta entre Estados Unidos, União Soviética, França e China. O Afeganistão ocupa neste contexto uma posição de extrema importância. Mantém fronteiras com a União Soviética, com a China e com o Irã e Paquistão — este último joga o papel agressivo dos EUA na região. Assim, cada uma das potências impe-

rialistas busca explorar em proveito próprio as divisões tribais e étnicas existentes no Afeganistão.

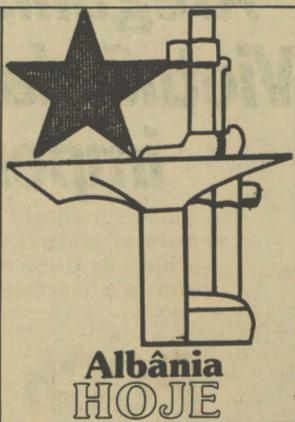
A intromissão dos revisionistas soviéticos nos assuntos internos afegãos vem de bem antes da invasão propriamente dita. Moscou participou nos golpes de Estado que derrubaram o rei Mohammed Zahi Shah, em 1973, e o príncipe Daud, em 1978. O golpe contra Daud foi desfechado tendo como base setores do exército vinculados ao Partido Popular Democrático (PPD), pró-soviético. O PPD está dividido em duas alas rivais: o "Parcham", que representa setores da elite urbana com origem no grupo étnico Tajik, que compõe 25% da população; e o

Mudanças na estrutura social do campo albanês

Na construção do socialismo na Albânia, paralelamente ao impetuoso progresso econômico e cultural do país, houve grandes transformações também na estrutura social de classe da sociedade, transformações estas que reforçam a unidade do povo, que tem seus alicerces na aliança da classe operária com o campesinato.

Antes de 1944, havia 21.500 famílias sem terras na Albânia. Os camponeses pobres constituíam 63,4% das economias agrícolas; o campesinato médio representava 19,4%. Os grandes senhores de terra e os camponeses ricos, que exploravam os camponeses sem terras e os camponeses com poucas terras, não ultrapassavam 3% de todas as economias do campo, mas possuíam posições dominantes. Eles controlavam os pastos, bosques, água, gado e cerca de 30% da superfície cultivada. No campo havia apenas alguns professores, vindos principalmente das cidades.

A instauração do poder popular em 29 de novembro de 1944 abriu uma nova etapa no desenvolvimento eco-



Albânia HOJE

nômico-social do campo. "O traço essencial dessa revolução — disse o líder do PTA, Enver Hoxha — foi a transformação democrática das relações da propriedade sobre a terra, acabando para sempre com as remanescências do feudalismo na economia, liquidando a classe dos latifundiários, distribuindo a terra ao campesinato segundo o princípio 'a terra pertence a quem nela trabalha'."

No entanto, as transformações radicais na natureza social de classe do campesinato foram realizadas através da coletivização da agricultura, pela substituição da pequena propriedade individual do campesinato pela grande propriedade coletiva. Com a reorganização da agricultura em bases socialistas, que terminou em 1960, em vez do campesinato individual, nasceu uma nova classe — o campesinato cooperativista. Por sua natureza, por sua composição de classe, esta é uma classe socialista homogênea.

Em 1961 Enver Hoxha afirmou: "O traço mais característico, fundamental, da estrutura de classe no nosso

país, na atual etapa, é a existência de duas classes amigas — a classe operária e a classe do campesinato cooperativista, a sua aliança sob a direção da classe operária e a consolidação, sob esta base, da unidade moral e política de todos os trabalhadores".

Um fenômeno geral no desenvolvimento do campesinato cooperativista, na fase da completa construção da sociedade socialista, é a sua diferenciação em grupos profissionais. Isto está ligado à contínua ampliação da gama de produções dos setores cooperativistas, na concentração e especialização da produção, na ampla utilização de máquinas na agricultura e na pecuária, na utilização de fertilizantes químicos, na eletrificação, etc. Realiza-se um grande trabalho para a elevação do nível educacional, profissional e cultural do campesinato, o que influi positivamente no progresso econômico, social e cultural do campo.

O campesinato cooperativista, tal como a classe operária, participa ativamente na gestão do país.

A única força política, dirigente do Estado e da sociedade, é o Partido do Trabalho da Albânia, a vanguarda da classe operária. Para o aumento das suas fileiras, ele deu orientação, como foi novamente salientado no 8º Congresso do Partido, que os comunistas cooperativistas ocupem o segundo lugar após os operários, no efetivo do PTA.



Em 1960 surge uma nova classe, o campesinato cooperativista

Palestras sobre Albânia

No quadro dos festejos do 40º aniversário da Libertação da Albânia e do triunfo da revolução popular, foi realizado em Florianópolis um debate sobre o Socialismo na Albânia, com José Reinaldo Carvalho e Luís Manfredini. Cerca de 150 pessoas compareceram à promoção do Diretório dos Estudantes da Universidade Federal, União da Juventude Socialista e Associação de Amizade Brasil-Albânia.

Nos dias 5, 6 e 7 de dezembro, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul realizaram-se exposições e palestras sobre o socialismo albanês. Promoção da AABA, as atividades envolveram cerca de 500 pessoas. O economista Edson Silva falou sobre a construção do Socialismo na Albânia, e a metalúrgica Maria do Socorro abordou a luta pela emancipação da mulher albanesa.

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telefax: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.

Tribuna Operária

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobrelajeira, CEP 57000. **Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone 237-6544 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. **Feira de Santana:** Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. **Itabuna:** Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1, Centro - CEP 45600. **Itapetinga:** Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060 - Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96, CEP 47.500.
SALVADOR: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro, CEP 40.000. **Simões Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimest). CEP 43.700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60.000.

IGUATU: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro de Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. **Vitória:** Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000. **Anápolis:** Rua Desembargador Jaime, 193, sala 205 - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 71900.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. **Juiz**

29 - CEP 90000, Caxias do Sul: Rua Dal Carnale, 1891, 2º andar, fundos, CEP 95100. **Pelotas:** Rua Andrada Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 520. **Aberto** depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Alvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinalândia - CEP 20200. **Niterói:** Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Bona Iguaçu:** Av. Marechal Floriano, 2248, sala 4, Centro, CEP 26000.
SÃO PAULO - Americana: Av. dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. **Campanas:** Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. **Mariília:** Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. **Ossasco:** Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. **São José do Rio Preto:** Rua 12 - CEP 13560. **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. **São José dos Campos:** Rua Vilaça 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco - Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220. CEP 49000.

ATRIUNDA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Paste-Up, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorua, Fone: 615-4999 - São Paulo - SP.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 50.000,00
Anual popular (52 edições) Cr\$ 25.000,00
Semestral (26 edições) Cr\$ 23.400,00
Semestral popular (26 edições) Cr\$ 11.700,00
Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70,00

NOME: _____
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____
 CIDADE: _____ CEP: _____
 ESTADO: _____
 PROFISSÃO: _____ DATA: _____



Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Preços válidos por tempo limitado. Furem! Envie hoje o seu cupom.

Salvador faz passeata e comício pró-Tancredo

Mais de 5 mil pessoas participaram do comício em apoio a Tancredo Neves no bairro de Itapeipe, em Salvador, Bahia, dia 11. O vereador Ney Campello foi o orador mais aplaudido, reivindicando melhorias nas condições de moradia do povo e exigindo eleições diretas para prefeito de Salvador. Ademilson Cosme (Golfinho), falando pela comunidade de Alagados, afirmou que o povo vai se levantar para conquistar seus direitos. Ainda participaram do ato o deputado Marcelo Cordeiro, o deputado Luis Nova e Olival Freire, pela Comissão pela Legalidade do PC do Brasil.

CAMINHADA PRÓ-TANCREDO

Também no dia 11 cerca de mil trabalhadores participaram da caminhada em defesa da candidatura Tancredo, no centro de Salvador. No comício de encerramento da passeata, Renildo Souza, do Sindicato dos Metalúrgicos, ressaltou que os últimos 20 anos foram de massacre para os trabalhadores. Participaram da caminhada os deputados federais Marcelo Cordeiro, Haroldo Lima e Domingos Leonelli; os deputados estaduais Luis Nova e Carlos Marighela; sindicalistas como Nilson Bahia, Álvaro Gomes, Danilo Gomes e Arthur de Paula, pela Comissão pela Legalidade do PC do B. (da sucursal)

Entidades cariocas discutem a sucessão

Mais de 500 lideranças, de mais de 100 entidades e partidos, participaram do encontro "A Sociedade Civil e a Conquista da Democracia", no Rio de Janeiro, convocado pela OAB, Intersindical, UNE, UBES, IERJ, SBPC, Cremerj, etc. Estavam presentes o ex-ministro Seabra Fagundes, o ex-presidente da Andes, Luiz Pinguelli Rosa, o cineasta Leon Hirszman, o presidente do Sindicato dos Escritores, José Louzeiro, o advogado Marcelo Cerqueira, o presidente da Famerj, Jô Resende, Arthur da Távola e o economista Carlos Lessa.

A plenária final aprovou um documento onde considera que a eleição e posse de Tancredo é o caminho para garantir a travessia da ditadura para a democracia, e que a mobilização e organização do povo é o fator para garantir a conquista da liberdade e a própria estabilidade do novo governo democrático. O encontro ainda defende a implantação de um plano de emergência que dê condições fundamentais de trabalho, educação e moradia ao povo e a convocação de uma Constituinte precedida de amplas liberdades políticas e partidárias. Foram aprovadas ainda moções de apoio às greves do Banco do Brasil e na Standard Elétric. (da sucursal)

Morre líder da insurreição de 35

Morreu domingo, dia 9, em Salvador, aos 84 anos, o sapateiro José Praxedes de Andrade, personagem que pertence à história política brasileira. Veterano militante do Partido Comunista do Brasil, foi um dos dirigentes da insurreição de 1935 em Natal e secretário de aprovisionamento do Governo Popular Revolucionário ali instalado por quatro dias.

Descendente direto dos índios potiguares, Praxedes (ou Eduardo Pereira da Silva, nome falso que adotou em 1938 para fugir à repressão e conservou até à morte) nasceu no dia 6 de abril de 1900 na periferia de Natal, Rio Grande do Norte. Desde cedo começou a tomar contato com a vida política brasileira. Entusiasmou-se com as primeiras notícias sobre a revolução russa de 1917 e ingressou no Partido Comunista do Brasil em

1926. Nas vésperas da revolução de 30 foi eleito membro do secretariado do Nordeste constituído na Conferência do PC do Brasil realizada em março de 1929 em Recife.

Praxedes manteve contatos com João Café Filho e quando este foi nomeado chefe de polícia de Natal mandou prender o líder comunista três vezes. Em outubro de 1932, Praxedes chegou a ser deportado

para Recife, morou depois em São Paulo e no Rio. Retornou a Natal com a tarefa de preparar a revolução em janeiro de 1935; em abril foi eleito secretário geral do Partido no Nordeste.

Em 1935, um ano particularmente agitado, além de participar da preparação de inúmeras greves, notadamente a dos motoristas de táxi e dos ferroviários, ele se integrou com outros comunistas nos comícios da Aliança Nacional Libertadora. Em junho manteve contato no Rio com a Direção Nacional para discutir a preparação da insurreição.

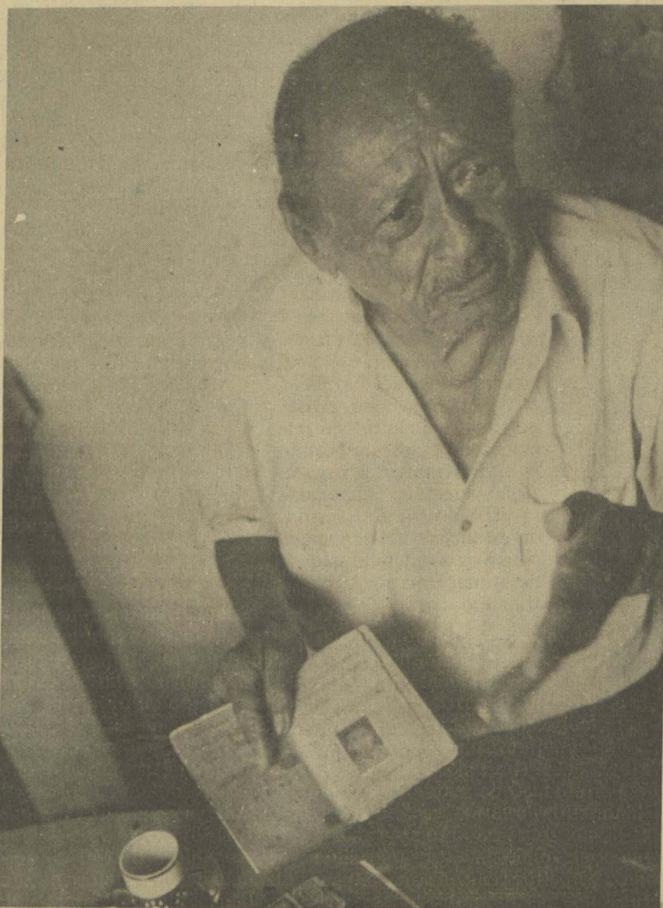
Junto com João Lopes, conhecido por Santa (assessor do Comitê Central do PC do Brasil), dirigiu o movimento insurrecional, tendo sido responsável pelo recrutamento de vários militantes para o partido, entre eles o sargento Quantino, um dos líderes militares do movimento. Na tarde do dia 23 de novembro, uma reunião entre Praxedes e outros dirigentes decidiu pela deflagração imediata da insurreição, tendo sido marcado para as 19 horas o início do levante.

Os rebeldes dominaram o quartel do 21º Batalhão de Caçadores e o quartel general da Polícia, este

depois de mais de 20 horas de luta, enquanto o governador do Estado, Rafael Fernandes se refugiava no consulado chileno. Às 9 horas do dia 24 de novembro foi proclamado o Governo Popular Revolucionário de Natal, que durou quatro dias. Depois da derrota da insurreição, Praxedes escondeu-se no interior do Rio Grande do Norte até 1936.

Em fins de maio de 36 retomou o contato com a direção do Partido em Recife. De junho de 36 a junho de 37 morou em Maceió e depois foi para Salvador. Em 38 trabalhava numa fábrica de sapatos e, aproveitando a visita de um inspetor da Delegacia do Trabalho, recém-criada, tirou sua carteira profissional com nome falso que usou até o final da vida.

Nos últimos dias de sua vida, há exatamente um mês, Praxedes registrou para a história toda essa sua longa experiência de luta. Durante quase quatro dias recolheu 15 horas de fita gravada, registrando sua vida, toda ela dedicada à causa do proletariado. É um depoimento inédito e de grande importância histórica, que será transformado em livro a ser publicado no próximo ano. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília).



Praxedes, aos 84 anos, com rara lucidez, fala sobre os acontecimentos de 35

Merecidas homenagens

José Praxedes de Andrade foi sepultado terça-feira pela manhã no cemitério das Quintas dos Lázarus em Salvador. O enterro foi acompanhado por familiares, amigos e reconhecidas lideranças políticas, sindicais e populares da Bahia, que prestaram ao líder revolucionário as merecidas homenagens.

Durante o velório várias lideranças discursaram exaltando as qualidades de Praxedes. O membro da Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil Arthur de Paula salientou que "a luta pela qual ele dedicou toda sua vida, pela libertação do proletariado, terá continuidade". O deputado federal Haroldo Lima (PMDB) ressaltou a simplicidade que caracterizava Praxedes e que fize-

ram dele "um dos representantes mais dignos do povo brasileiro".

Além de Arthur de Paula e Haroldo Lima, estiveram presentes durante o velório e o enterro do veterano comunista os deputados estaduais Luis Nova e Abigail Feitosa (PMDB), e a vereadora Lidice da Matta (PMDB); os dirigentes sindicais João dos Passos (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos), João Cardoso, do Sindicato dos Estivadores; Renildo Souza (Metalúrgicos), Marcos Vasconcelos (Eletrocitários), Nilton Vasconcelos, do Instituto dos Arquitetos; José Costa (Metalúrgicos), Ivan Pugliese, da Associação dos Trabalhadores em Indústria Química e outros (da Sucursal).

Mulher do PMDB quer mobilização

Entre 6 e 8 de dezembro, cerca de 600 mulheres de 18 Estados participaram em Curitiba do Seminário Nacional da Mulher do PMDB, Mulher Mobilização e Mudança. O Seminário formulou um programa de reivindicações das massas femininas para o candidato das oposições, Tancredo Neves, apresentando sugestões sobre todas as questões candentes do país.

O Seminário Nacional foi aberto por Tancredo Neves, que falou sobre o papel da mulher na luta democrática de nosso povo, particularmente nas campanhas pela anistia e pelas diretas.

As participantes do evento discutiram durante dois dias questões como a participação da mulher no mercado de trabalho, saúde, alterações na legislação e na estruturação do próprio PMDB visando facilitar maior integração da mulher na sociedade e na política, bem como livrá-la do embrutecedor trabalho doméstico. O Seminário deu indicações seguras de que a mulher não quer mais ser a "rainha do lar". Prefere lutar lado a lado com os homens para conquistar uma sociedade mais igualitária.

Do ponto de vista político, o seminário chegou à conclusão de que é preciso garantir a participação de mulheres em todos os escalões do governo, no programa de emergência de Tancredo e na Constituinte. Foi aprovada a criação de um Conselho Nacional da Mulher, através de uma comissão técnica composta pela executiva do departamento feminino do PMDB e pelos Conselhos da Condição Feminina existentes em São Paulo e Minas Gerais. Exigiu-se a transformação do PMDB Mulher em órgão de ação, como o movimento da juventude, por exemplo, e não em órgão de cooperação. As mulheres também foram favoráveis à anulação dos acordos com o FMI.

Quanto à saúde, o encontro aprovou considerá-la como área de prioridade nacional, com a criação de um sistema unificado e 15% do orçamento federal para este fim; como emergência, a suplementação alimentar para gestantes, nutrízes e crianças. As mulheres exigiram ainda



Mulheres do PMDB levaram suas principais reivindicações ao Seminário Nacional realizado no Paraná

o banimento de todas as entidades que contam com apoio do FMI visando implantar o controle de natalidade no Brasil. E levando em conta o número de abortos clandestinos no país e mortes provocadas por eles, consideraram que aborto não deve ser considerado crime.

Quanto ao trabalho, exigiu-se salário igual para trabalho igual, direito à profissionalização para mulher, criação de creches nos locais de trabalho e moradia; aposentadoria para donas de casa, carteira profissional e creche para os bóias-frias, salário-família para os assalariados agrícolas, regulamentação de profissões como empregadas domésticas, diaristas, etc; multas rigorosas para as empresas que não cumprem nem a CLT quanto à criação de creches.

A violência em relação à mulher foi considerada como resultado de um sistema social autoritário, principalmente nestes últimos 20 anos. Neste contexto foi proposta a criação de um órgão para atendimento jurídico, médico e psicológico às vítimas de violência como espancamen-

tos, estupro, etc. Que os estuprodores sejam punidos por crime contra a pessoa e não contra a honra.

O Seminário trouxe importantes contribuições quanto às reivindicações das mulheres para o novo gover-

no que se aproxima e representou um passo adiante no sentido de esclarecer as massas femininas quanto ao papel que poderão e deverão desempenhar no governo de transição democrática. (Olivia Rangel)

Fundado no Piauí o Centro Popular da Mulher

No dia 8 de dezembro foi lançado em Teresina, no auditório do Sesi, o Centro Popular da Mulher, com a participação de trabalhadoras, donas de casa, estudantes, comissões de bairro, além do expressivo comparecimento de homens. Foi eleita uma diretoria, tendo à frente Maria do Espírito Santo, presidenta.

Durante o ato falaram a professora Rosimere Machado, as economistas Bete Silvestre e Lurdes Rufino. A presidenta Maria do Espírito Santo referiu-se ao controle de nata-

lidade que o governo quer impor ao povo e afirmou que as mulheres piauienses estão alertas contra a medida. O representante da União da Juventude Socialista, Roberto Velloso, também se pronunciou.

Na ocasião foram aprovados os estatutos do CPM e suas propostas de luta, entre as quais salário igual para trabalho igual, direito a emprego e profissionalização, inclusive durante a gravidez, creches em horário integral, contra a violência que a mulher sofre na sociedade e no lar.



Ernesto Alves, colaborador da TO
Faleceu no dia 11 o companheiro Ernesto

A Tribuna Operária registra, com pesar, o falecimento no dia 11 de seu colaborador Ernesto Alves da Silva. Diretor e professor do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais (CEPS), Ernesto, após 50 dias hospitalizado, não mais resistiu a uma deficiência hepática que o martirizava. Ele completaria 31 anos de idade no dia 18 de dezembro.

Estudioso e entusiasta da causa do proletariado a que dedicou sua vida —, Ernesto era engenheiro aeronáutico, formado no ITA de São Paulo. Foi um dos coordenadores da sucursal da Tribuna Operária no Rio de Janeiro, e por várias vezes enfrentou os agentes do regime militar para defender a imprensa proletária. "Entre as qualidades do companheiro Ernesto, a que mais fica gravada na nossa memória é a grandeza da sua figura humana, seu gigantesco sentido de solidariedade para com qualquer um, amigo ou desconhecido, que enfrentasse momentos de dificuldade e adversidade", diz uma carta enviada pela sucursal carioca da T.O. à família de Ernesto.

Quando voltou a São Paulo, continuou divulgando, vendendo e elaborando matérias para o nosso jornal. Incorporou-se também ao trabalho do CEPS que, em sua homenagem, deu o nome de "Ernesto Alves da Silva" ao seu auditório recém-inaugurado. Com o seu desaparecimento, todos tivemos uma grande perda.

Pernambucanos querem fim do arbítrio e do latifúndio

Mais de 300 pessoas participaram do Congresso dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, em Recife, entre os dias 7 e 9 últimos. Dos 153 sindicatos pernambucanos, 125 enviaram 234 delegados ao encontro que discutiu as questões específicas dos trabalhadores rurais e a situação política, econômica e social do Brasil. Também na Paraíba foi realizado Congresso semelhante.

“As resoluções aprovadas neste encontro mostram um grande avanço em relação ao III Congresso, de 1979, no que diz respeito à política agrícola, reforma agrária, democracia e violência no campo. O que se pretende é implantar neste país uma sociedade justa, com a queda do latifúndio e desta estrutura econômica”, avaliou o presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco.

Para o presidente da Fetape, José Rodrigues, é necessária uma forte organização para os trabalhadores conquistarem o atendimento de suas reivindicações. “Os trabalhadores rurais devem contribuir para alastrar a nossa união com os trabalhadores da cidade”, afirmou.

MUDANÇAS PROFUNDAS

Em suas resoluções, os trabalhadores rurais consideraram que, “enquanto o governo do país estiver nas mãos dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, dos banqueiros e dos latifundiários, não haverá mudanças profundas nas estruturas econômicas, sociais e políticas” e propuseram que “uma das primeiras medidas do próximo governo (de Tancredo Neves) seja a revogação da Lei de Segurança Nacional e de todos os atos e leis de exceção; que seja assegurada a liberdade de associação e organização partidária; que seja convocada uma Assembléia



Nacional Constituinte, livre e soberana, que promova o necessário reordenamento jurídico da vida nacional; que haja o restabelecimento das eleições livres e diretas, em todos os níveis; que seja garantido o direito de voto aos analfabetos e soldados”.

Os ruralistas destacaram que “os trabalhadores devem aproveitar o espaço político para reforçar e consolidar sua organização sindical de forma independente, sendo que a ação deste governo (de transição democrática) em favor dos trabalhadores dependerá de nossa força organizada e do nosso poder de pressão”.

Considerando que a divisão do movimento sindical nacional só interessa ao governo e aos patrões, os trabalhadores rurais se propõem a lutar pela sua reunificação e trabalhar “pela realização de um mais urgente possível — de um Congresso Nacional Unitário, envolvendo CUT/Conclat e mais Sindicatos, Federações e Confederações não-filiadas a nenhuma das entidades citadas, com o objetivo de formar uma central sindical unitária. Lutar para que o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais seja o marco desta luta maior e dê a todo o país o exemplo de

unidade e afirmação de princípios de ação e luta unitárias, que têm sido a força do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Brasil”.

ZONA CANAVIEIRA

A reforma agrária na Zona Canavieira foi aprovada no Congresso. A região está relacionada com as melhores terras e com a principal atividade produtiva do Estado. A resolução destaca que a produção de cana “é o resultado do trabalho de todos os trabalhadores do engenho nas diversas fases de produção (plantio, limpa, colheita etc.). Por isso, a luta se dá necessariamente de forma coletiva, sendo que o trabalhador rural não pode resolver o seu problema particular sem resolver o de todos”.

O Congresso propõe “que toda a Zona Canavieira de Pernambuco seja desapropriada por interesse social, conforme o Estatuto da Terra” e que seja estruturado um novo sistema de produção, com a participação dos trabalhadores nas decisões econômicas. E destaca: “A proposta de Reforma Agrária para a Zona Canavieira acima colocada requer um governo realmente democrático e comprometido com os interesses

dos trabalhadores rurais e urbanos”. Para as regiões do Agreste e Sertão, a reforma agrária deve valorizar a “propriedade familiar e as formas coletivas de exploração da terra, especialmente em cooperativas”.

BASTA DE VIOLÊNCIA

O crescimento assustador da violência no campo foi denunciado no Congresso. A violência foi identificada como resultado da estrutura agrária arcaica, monopolizadora da terra, sendo a Zona da Mata a área em que as classes dominantes investem com mais fúria contra os trabalhadores.

Os usineiros e senhores de engenho, com sua ação repressiva, têm transformado no maior desafio daquela região o cumprimento do acordo coletivo. Por isso, no que se refere à organização dos trabalhadores para pressionar pelo cumprimento do dissídio e fazer face à violência patronal, os participantes do Congresso propuseram a criação de Comissões de Engenho, eleitas democraticamente e implantadas pelos sindicatos. Isto visa reforçar a organização pela base. Outro ponto definido foi a necessidade de incluir nos contratos coletivos a reivindicação do desarmamento nos locais de trabalho.

No entanto o caráter “seletivo” que a violência no campo tem tido, com os inúmeros assassinatos de lideranças sindicais e sua impunidade, mostra que os trabalhadores não podem ficar de braços cruzados. Bastante aplaudido foi um trabalhador rural quando questionou: “A criança vai para a escola e aprende a ler. A gente vê esta violência, e tem que aprender o quê?”

Foi denunciada a política agrícola do governo, que “só fortalece o latifúndio, as grandes empresas ligadas à produção agropecuária e o capital financeiro, criando uma situação absurda: os que mais produzem, menos recebem”. (da sucursal)

Cintra propõe benefícios a soldados e cabos da PM

Os 40 mil soldados e cabos da Polícia Militar de São Paulo poderão obter uma importante vitória se for aprovada a emenda ao projeto de lei 779, apresentada pelo deputado estadual Benedito Cintra (PMDB). A emenda permite que quem tenha mais de 15 anos de bons serviços seja promovido. Esta medida ampliará também suas perspectivas salariais.

Um grande descontentamento se verifica na PM de São Paulo, basicamente devido aos baixos salários, à rígida disciplina e às discriminações no acesso à hierarquia. Já circularam panfletos de protesto e foram denunciados casos de operação tartaruga entre os efetivos da Polícia Militar. A categoria sofre os efeitos do archo — os cabos e soldados estão incluídos numa das faixas salariais mais baixas do funcionalismo público. Com os aumentos extras concedidos pelo governador Montoro, um soldado recebe em média três salários-mínimos. Muitos deles são obrigados a fazer bicos para complementar o salário.

A partir de 1964 há uma centralização das polícias militares de todo o país, que se transformam em força de reserva do Exército, subordinada a um oficial das Forças Armadas, sendo apenas sustentada financeiramente pelos governos estaduais. Mas, se estão sob ordens do Exército — para fazer o serviço sujo de reprimir os movimentos populares — não fazem jus às regalias deste último.

Além de melhores salários, uma outra reivindicação na PM é de se abrir a possibilidade de promoção



Cintra: promoção para o soldado e cabo

para cabos e soldados por tempo de serviço. Esta medida já existe no exército mas é negada aos policiais militares de alguns Estados. Este ano o governador Montoro apresentou o projeto de lei n.º 779 criando o Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia, que permite a promoção por antiguidade entre os oficiais.

A emenda do deputado Benedito Cintra visa a criar o Quadro Especial de Sargentos da PM, possibilitando assim que cabos e soldados sejam promovidos à uma graduação posterior após 15 anos de serviço efetivo. O deputado justifica tal medida salientando que na prática há inúmeros casos de soldados fazendo funções de cabos e destes exercendo atividades de sargento sem que tenham entretanto, qualquer possibilidade de promoção e de serem enquadrados no posto.

Greve na Standard Elétric para barrar o desemprego

Os operários da Standard Elétric em Vicente de Carvalho, Rio de Janeiro, estão em greve há duas semanas. Eles exigem o pagamento de salários, atrasados há três meses, garantia de emprego, pagamento dos direitos dos demitidos e reconhecimento da Comissão de Fábrica.

Os trabalhadores da Standard amargam o sucateamento da empresa. De 1976 para cá, o número de funcionários foi reduzido de 8 mil para 2.200! Agora já se fala na demissão de outros 1.700 operários. Agregou-se a isto o atraso nos salários. Os que mais sofrem são os diaristas de outros Estados, que sequer

têm como pagar o aluguel de suas moradias. Os operários formaram um comando de greve com 16 membros, junto ao Sindicato, que lidera a luta. A greve conta com o apoio de 100% dos trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos vem fazendo gestões junto ao governo do Estado para ver se este encampa o apoio financeiro para levantar a empresa, que arca com uma dívida de 75 milhões de dólares e está com 60% de sua capacidade produtiva ociosa. No dia 7, os operários realizaram passeata e manifestação que pararam o centro do Rio de Janeiro. (da sucursal)

Professores garantem posse na APAL

Os professores de Alagoas, que no dia 29 de novembro comemoraram uma vitória, no último dia 8 comemoram duas. A Chapa Unidade e Renovação, liderada pela professora Alba Correia, que ganhou as eleições, havia tido sua posse impedida por uma arbitrária liminar do juiz Ayrto Tenório. Daí em diante choveram telegramas, mensagens e cartas

de sindicatos, entidades democráticas e centenas de professores, exigindo que o juiz tivesse imparcialidade e respeitasse a decisão das urnas. Diante disso, o juiz cassou a liminar. No domingo, garantida a vitória no voto e no tapetão, os professores fizeram a festa da posse na sede da APAL, com banda de música, chuva de pétalas etc. (da sucursal)

Banco do Brasil fica paralisado por 24 horas

Nos dias 6 e 7 de dezembro o Banco do Brasil parou. Isso não acontecia há 21 anos. Foi um movimento de grande envergadura que demonstrou a unidade e maturidade dos bancários do BB. As greves foram de 24 horas, dia 6 no Rio de Janeiro e dia 7 em São Paulo, Porto Alegre, Brasília e várias cidades. A principal reivindicação era o reajuste salarial de 100% do INPC.

Em São Paulo o movimento teve grande destaque, representando uma resposta à altura dos bancários, que tiveram seu Sindicato arrasado pelo ministro do Trabalho. A paralisação atingiu 97% do movimento do Banco e 43 agências. Apenas 3 pequenas agências não aderiram.

Pelo relato de Faisca, funcionário do CESEC, todo o movimento foi conduzido com unidade e combatividade. Após participarem de movimentada assembléia de 2.000 pessoas, os bancários do BB, numa verdadeira onda humana, utilizando os mais variados meios de transporte, se dirigiram ao CESEC, centro nervoso das operações do banco em São Paulo. Lá, às onze horas da noite, foi deflagrado o movimento. Os primeiros grevistas, que trabalham no período noturno, desceram do

prédio e foram aplaudidos num clima de grande emoção. Tudo isso sob uma chuva torrencial que não conseguiu esfriar o ânimo dos bancários — entusiasmo que marcou todo o desenvolvimento da greve.

Depois das 24 horas de greve, outra manifestação com 300 bancários revelaria novamente o tom do movimento: os primeiros grevis-

tas que voltavam ao trabalho eram aplaudido pelos colegas.

GRANDE MATURIDADE

O Banco do Brasil realiza tarefas fundamentais para a economia brasileira. Uma delas é uma espinha dorsal de curto prazo, o serviço de compensação de cheques. Um colapso desse sistema pode significar um golpe violento sobre toda a eco-

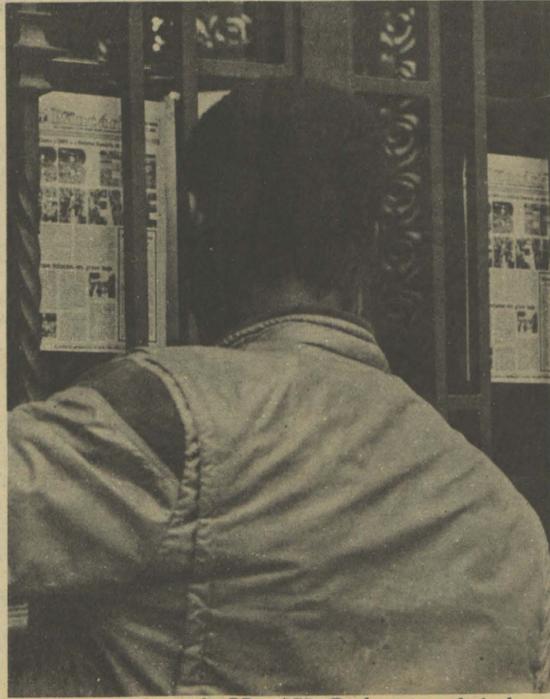
nomia. Os grevistas tiveram o cuidado de manter este serviço em funcionamento, neutralizando as manobras dos banqueiros que tentaram jogar a população contra os manifestantes.

O problema inicial que deflagrou o movimento foi a insatisfação dos bancários do BB com o bloqueio pelo ministro do Trabalho de suas sentidas reivindicações. Eles queriam 100% do INPC para os reajustes salariais de todas as categorias. Isso já havia sido conseguido pelos bancários das instituições privadas. Outro ponto era o anuênio de Cr\$ 14.259 que também já havia sido conquistado pelos bancários de outras instituições.

CARÁTER POLÍTICO

O movimento dos bancários do BB não se limita às reivindicações puramente econômicas. Logo de cara se transforma num conflito direto com o ministro do Trabalho. Além disso, foi defendida com clareza uma reivindicação política: o repúdio à atual Reforma Bancária implantada por decreto pelo governo Figueiredo, que visa desestruturar as finanças públicas, arrasar o Banco do Brasil, transformando-o num “BRADESCÃO”.

O impasse nas reivindicações salariais continua. Novas assembléias decidirão os rumos de um movimento que quebrou um tabu de 21 anos.



Na agência-centro do BB em São Paulo, portas fechadas

Vá ao ciclo de debates do CEPS

Dia 17 — Democracia e Socialismo. Com Rogério Lustosa, diretor da Tribuna Operária, e Edgar Carone, historiador e professor da USP.

Dia 18 — A Questão Agrária. Com Paulo Fonteles, deputado estadual do PMDB do Pará; Francisco Graziano, professor da Unicamp e membro da ABRA; e Ronald Freitas, do Instituto de Cultura Operária e Popular.

Dia 19 — Liberdade e Autonomia Sindical. Com Aurélio Peres, deputado federal do PMDB-SP; e Plínio Sarti, da Secretaria do Traba-



lho do Estado de São Paulo.

Os debates são realizados no auditório do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais, rua França Pinto, 330, Vila Mariana, São Paulo, à 19h30m.

Inscrição gratuita. Maiores informações pelo telefone 575-2416. Compareça e leve seus amigos!

COMUNICADO DO ICOP

A diretoria do ICOP — Instituto de Cultura Operária e Popular — comunica que, após o interregno de novembro e dezembro, reiniciará suas atividades culturais, dentre as quais as palestras sobre a realidade brasileira, a partir de 4 de janeiro. As inscrições poderão ser feitas diariamente na sede do ICOP, Praça Carlos Gomes, 60, sala 52, São Paulo. **Coordenação: Maurício Grabois**

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Democracia e novas tarefas

Com a virtual indicação de Tancredo Neves como presidente, assinalando a vitória da oposição na disputa sucessória, abre-se uma nova etapa na luta do povo pela liberdade. De um lado estará na ordem do dia a defesa das conquistas democráticas e do novo governo contra as ofensivas da direita. Por outro lado entrará em cena uma disputa acirrada com as classes dominantes a respeito das soluções de problemas, tais como dívida externa e soberania nacional, arrocho salarial e reivindicações dos trabalhadores, reforma agrária e direitos do homem do campo.

TAMBÉM NA BOLÍVIA

Situação semelhante, embora em condições distintas, ocorre na Bolívia. O presidente Siles Suazo, eleito pelo povo, foi impedido de tomar posse por um golpe militar. Dois anos depois, em função da heróica resistência popular, assumiu o governo. Agora vive um drama constante: por um lado vacila e cede às pressões do imperialismo e da burguesia. É inclusive ameaçado por um novo golpe caso não aceite jogar sobre os ombros dos trabalhadores as consequências da crise econômica. Por outro lado, deve ao povo a sua própria sustentação no governo — as massas já saíram às ruas mais de uma vez para impedir as quarteladas — e, ao mesmo tempo, tem que ouvir as justas exigências populares por melhoria das condições de vida e de trabalho.

A complexidade das novas tarefas advém da própria natureza do governo Tancredo. As parcelas da burguesia que estão hoje na oposição, embora tenham certo interesse em soluções democráticas, não têm condições de apresentar saídas em profundidade para a crise em que o país se debate. Os problemas enfrentados pelo Brasil — assim como os da Bolívia — não são apenas conjunturais. É o próprio capitalismo que não tem mais fôlego. Precisa ser substituído pelo socialismo. E esta alternativa não pode evidentemente ser conduzida pela burguesia. Cabe às massas populares, sob a direção do proletariado, patrocinar esta mudança.

Será então inútil a batalha pela democracia? De forma alguma. A conquista de liberdades democráticas tem enorme importância. Primeiro porque criará melhores condições para que o povo discuta os problemas do país e organize as suas fileiras para defender seus interesses. Em segundo lugar mostrará, pela prática, a insuficiência das soluções reformistas burguesas. Assim, colocará na ordem do dia a necessidade concreta de novas transformações em profundidade e, mais do que isto, favorecerá a possibilidade real deste processo pela mobilização e luta do povo.

UM QUADRO COMPLEXO

No caso do Brasil, logo após a posse em 15 de março teremos um jogo complexo de forças políticas, bastante diferente do atual. A direita mais empedernida prepara-se para ter um partido bem-definido, com Maluf na direção. Vai bombardear o governo com propostas de tipo fascista. Os atuais ocupantes do Planalto também estarão permanentemente pressionando para manter seus privilégios. A Frente Liberal e outros setores da oposição burguesa, que estarão no governo, defenderão seus lucros e tentarão fazer o povo aceitar o aperto do cinto a troco de algumas concessões não fundamentais. O PT, cada vez mais sob a batuta dos trotsquistas, certamente entrará pelo caminho da sabotagem e das reivindicações extemporâneas — pode inclusive ajudar a direita a torpedear as conquistas democráticas. Ao povo, e aos democratas mais conseqüentes, caberá a tarefa de desmascarar estas falsas soluções, defender a liberdade e exigir os direitos dos trabalhadores, abrir caminho para as propostas populares para a crise.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Ataque do Vaticano

No dia 10, o padre Fernando Cardenal foi expulso da Companhia de Jesus. Trata-se de uma punição da alta hierarquia da Igreja, encabeçada pelo papa João Paulo II, contra a participação de Cardenal no governo sandinista, exercendo a função de ministro da Educação. O ato autoritário busca também intimidar outros três padres que ocupam ministérios na Nicarágua e ainda pressionar os setores progressistas da Igreja a abandonarem seu apoio às reivindicações e anseios populares.

A ação de João Paulo II e da direção da Igreja de Roma contra os religiosos progressistas insere-se no contexto da ofensiva imperialista contra os povos. O Vaticano fez um escândalo quando o governo nicaraguense expulsou dez padres estrangeiros que contrabandeavam armas para os terroristas somozistas. Karol Wojtylla e seus colegas não viram na ação antipovo destes padres algo condenável. Mas apressam-se em utilizar os mais amplos meios de comunicação e apelam mesmo para medidas punitivas e para os serviços da Inquisição — que tantos cientistas e democratas condenou à morte na fogueira, no passado —, para atacar os povos que se levantam contra seus tiranos e tentar "apaziguar suas ovelhas". Medidas que, sem dúvida, ganham a repulsa de todos os homens de boa vontade.

Apoio aos sandinistas barra agressão imperialista ianque

O ano de 1984 testemunhou uma escalada sem precedentes da agressão do imperialismo norte-americano contra o bravo povo nicaraguense. Foi um ano em que várias vezes a invasão direta da Nicarágua por forças ianques não se consumou por um triz. Assim, tudo indica que o apoio ao povo irmão nicaraguense na luta pela defesa da sua soberania nacional continuará sendo importante tarefa de solidariedade internacional a ser encaminhada no novo ano que se inicia.

As tentativas de desestabilização de Washington na Nicarágua vêm desde a vitória da revolução sandinista em julho de 1979. Com a ascensão do criminoso Ronald Reagan à Casa Branca esta intromissão passa a assumir a forma de agressão aberta.

Há mais de três anos os Estados Unidos vêm financiando e armando, através da CIA, grupos de mercenários e contra-revolucionários somozistas para invadir e semear o terror em território nicaraguense. O grau de envolvimento do governo norte-americano nas ações de terror cruel veio a público este ano com a revelação pública do manual de treinamento da CIA para os "contra".

O referido manual ensinava, entre outras coisas, refinadas táticas para sabotar a economia nicaraguense e assassinar dirigentes de sindicatos, entidades populares e do governo sandinista. Com esta grave denúncia foi desmascarada de uma vez por todas a mentira descarada da Casa Branca, que tenta apresentar seu apoio aos terroristas somozistas como um simples recurso para "deter o fluxo de armas para as forças revolucionárias de El Salvador".

Outro pilar central da estratégia ianque de agressão contra a Nicarágua tem sido o cerco militar desse país a partir dos regimes militares vizinhos. Participaram deste bloqueio os governos da Guatemala, El Salvador, Honduras e Costa Rica, que nunca teve exercício regular, e está sofrendo um processo de crescente militarização tendo em vista o conflito com a Nicarágua.

O principal componente deste cerco é, sem sombra de dúvida, Honduras: de 1983 para cá, o número de assessores militares ianques nesse país subiu de 160 para 2.600. Foram construídos ou melhorados seis aeroportos militares a um custo superior a 50 milhões de dólares. Um destes, que já está quase pronto, vai poder receber aviões de guerra de grande porte e fica a apenas 30 quilômetros da fronteira com a Nicarágua.

Desde julho do ano passado, as forças armadas norte-americanas e hondurensas realizam manobras militares permanentes junto à divisa com a Nicarágua. Aparentemente, o objetivo é fazer estourar um conflito entre os sandinistas e as tropas hondurensas que inclusive violam o território nicaraguense.

Neste caso, as tropas ianques já estão lá prontas para entrar na luta. Este ano o plano macabro da Casa Branca por pouco não se concretizou, quando um helicóptero hondurenho com militares norte-americanos foi derrubado pela artilharia nicaraguense depois de invadir o espaço aéreo deste país enquanto participava das manobras militares conjuntas "Granadero I" a 8 de maio.

Outra faceta do cerco imperialista à Nicarágua este ano foi a vergonhosa "guerra dos portos" iniciada por Washington a partir de 23 de fevereiro, quando a CIA instalou 2 mil minas em diferentes portos daquele país, danificando dezenas e dezenas de embarcações. O impeto ianque, aí, diminuiu com a decisão da Corte Internacional de Haia, que repudiou veementemente a ação norte-americana. Contudo o cerco continua principalmente contra o porto de Corinto.

No início do ano, a CIA orientou as duas principais forças contra-revolucionárias, FDN e ARDE, a instalarem "zonas libertadas" que seriam reconhecidas pelo governo ianque, abrindo espaço para uma invasão "legitimada". Esta estratégia fracassou, pois os somozistas foram massacrados pelo exército sandinista. Em maio e em agosto os



Sandinistas armam-se para defender a revolução contra os ataques dos mercenários da CIA

EUA estavam prontos para desfechar a invasão, que, entretanto, não se consumou devido às denúncias feitas pelos sandinistas e ao estado de prontidão do povo.

A mais perigosa investida para a invasão se deu logo após a reeleição de Reagan à Presidência. A partir de meados de novembro, a Nicarágua inteira se mobilizou para a guerra, mas, mais uma vez, a Casa Branca encontrou-se por demais isolada internacionalmente para empreender a invasão.

Para isto contribuiu decisivamente o resultado das eleições gerais realizadas no país a 4 de novembro. A Frente Sandinista obteve uma vitória inquestionável, recebendo mais de 63% dos votos e elegendo para presidente o seu coordenador, Daniel Ortega.

As forças mais reacionárias, agrupadas em torno da chamada "Coordenadoria Democrática", propuseram o boicote, tentando sa-

Aumentar a solidariedade

Um dos elementos centrais que tem conseguido barrar até aqui os planos de invasão da Nicarágua tem sido o brutal isolamento da Casa Branca a nível internacional. Justamente por isto, Reagan busca usar de pressão e sabotagem para alinhar diversas forças com os seus planos agressivos. Na escalada da invasão em maio, por exemplo, o governo brasileiro foi pressionado pelos EUA a vender secretamente oito aviões Tucano, da Embraer, para Honduras. Aviões que certamente seriam utilizados na invasão. Também o México

tem sido alvo de pressões ianques. E o Vaticano sujeita-se também às pressões dos EUA contra a Nicarágua.

Os Estados Unidos aguardam, assim, apenas o momento em que os povos afroem sua vigilância para atacar a Nicarágua. Da nossa parte, cabe desenvolver ainda mais o trabalho de solidariedade à Nicarágua, para dar a nossa contribuição particular ao isolamento internacional da Casa Branca e impedir que a revolução nicaraguense seja sufocada.

botar o pleito. No entanto, o índice de abstenção não chegou sequer a 20%. Assim, as eleições deram uma demonstração inequívoca para toda

a opinião pública mundial do apoio decisivo da população nicaraguense ao governo sandinista. (Luiz Fernandes)

Socialismo à chinesa tem Coca-Cola mas não tem marxismo-leninismo

O Partido Comunista da China "decretou", em editorial de seu órgão oficial, o "Diário do Povo", que o marxismo-leninismo não vale mais em nossos dias. A justificativa é de uma "profundidade teórica" impressionante: "As obras de Marx foram escritas há mais de 100 anos. Houve desde então tremendas mudanças e suas idéias não se amoldam mais à situação de hoje, porque Marx, como Engels e Lênin, nunca conheceu a nossa época".

Para manter coerência, os chineses deveriam "decretar" que a geometria também se tornou obsoleta, já que seus postulados fundamentais foram estabelecidos por Thales de Mileto, há muitos e muitos séculos, na Grécia clássica. Apesar de não conhecer a nossa época, as idéias de Thales continuam servindo ao homem — e nem um simples edifício pode ser construído sem apoiar-se nelas.

O fato de Marx, Engels e Lênin não terem vivido a realidade atual, não impede que as análises que fizeram das leis gerais do desenvolvimento social — e do sistema capitalista em particular — assim como o método científico de análise que elaboraram e a doutrina revolucionária que construíram deixem de ter validade. Pelo contrário, a vida tem a cada passo confirmado o valor da teoria científica marxista-leninista e o fracasso dos que a abandonam, a exemplo do próprio PCCCh.

Já em 1957, Mao Tsetung, na época o principal dirigente chinês, declarava que na construção do socialismo as contradições com a bur-

guesia eram "contradições no seio do povo" e que neste período deveria haver uma política de colaboração com os partidos burgueses e "todos aqueles partidos que se dediquem verdadeiramente à tarefa de unir o povo para a causa do socialismo"... Mais tarde, com a teoria dos três mundos, passou a pregar a colaboração com o imperialismo norte-americano, com as potências imperialistas do chamado "segundo mundo" e até com tiranos tipo Pinochet e outros, do "terceiro mundo", a pretexto de combater o social-imperialismo soviético.

Na verdade desde a década de 40,

quando Mao Tsetung assumiu o controle completo do partido, passaram a predominar nesta organização concepções ecléticas, de conteúdo pequeno-burguês, apoiadas na enorme participação camponesa na luta de libertação do país e nas fileiras partidárias. Quando, depois de cumprida a primeira etapa da revolução, colocaram-se na ordem do dia as tarefas socialistas, isto se traduziu em orientações cada dia mais abertamente anti-operárias. O partido degenerou e o Estado foi sendo rapidamente transformado em defensor da burguesia contra os trabalhadores da cidade e do campo.

Agora, sob a batuta do velho sabotador da revolução, Teng Hsiaoping, a novela chega ao fim, com a declaração aberta do abandono da teoria revolucionária do proletariado. E com o anúncio de um monumental expurgo de aproximadamente 17 milhões de militantes — que deve atingir principalmente as bases camponesas do PCCCh.

Mais uma vez fica evidente que os componentes marcham ao lado da classe operária para o socialismo, sob a direção do partido marxista-leninista, ou se tornam uma classe burguesa nativa e internacional.



CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois
Socialismo com Coca-Cola e sem Marx e Lênin

Uma maré de gente nas ruas

No calendário do povo brasileiro, 1985 se anuncia como o ano do fim do regime militar. Após quase 21 anos a nação se prepara, ansiosa, para finalmente respirar em liberdade. A vitória sobre a ditadura surge na crista de uma movimentação popular nunca vista, que tomou as ruas em ondas sucessivas em 1984, nas campanhas das *Diretas-Já* e *Muda Brasil*.

1985
1984



Manifestação das diretas em São Paulo (acima) e comício pró-Tancredo em Belém: o Brasil teve meses com mais manifestantes que nos 20 anos desde o golpe de 1964

Observe o gráfico que publicamos abaixo, com as manifestações políticas de massas do país, mês a mês, ao longo de 1984. Ele espelha uma realidade de nova no cenário nacional. Alguns desses meses tiveram mais gente nas ruas que o conjunto dos 20 anos anteriores, desde o golpe de 1964.

A energia do movimento popular, repressada a força pela ditadura, rompeu as barreiras que a continham. Espalhou-se por toda parte. E o fez em proporções sem precedentes, superiores às de campanhas como as da Aliança Nacional Libertadora (1935), da guerra contra o Eixo Nazifascista (1942), da redemocratização (1945), do Petróleo é Nosso (1947-54), das reformas de base (1963-64) e da Anistia (1978-79). Mesmo em nível internacional, o Brasil em 1984 foi o campeão indiscutível da Copa do Mundo das manifestações de massas.

O objetivo dessas jornadas inesquecíveis foi pôr um fim ao regime militar ditatorial de 1964. E durante o primeiro semestre ele se traduziu na campanha por eleições diretas para a Presidência. O povo aderiu em peso à luta pelas diretas precisamente por ver nelas o modo de acabar com 20 anos de um governo de fome e desemprego, entreguismo e corrupção.

Opovo com fome, sem emprego, explodia de contentamento...

Quando o caminho das diretas foi obstruído pelo general Figueiredo, o povo se colocou outra vez em movimento, com o mesmo objetivo de conquistar um novo regime. Desta vez, a forma imposta pelas circunstâncias foi o apoio à candidatura única opositorista de Tancredo Neves.

Os comícios pró-Tancredo passaram a bater os próprios recordes de participação estabelecidos pela campanha das diretas (ver TO nº 194). E como contraponto instituiu-se o saudável costume de cobrir de vaiais o candidato do continuísmo, Paulo Maluf, cada vez que surgia oportunidade.

Esta pujança chegou a inquietar não só os militares no poder mas também a ala direita, conservadora, dos partidários da candidatura Tancredo.

Diá 5, Juazeiro, BA, 2.000; Jaitai, GO, 6.000; João de Boa Vista, SP, 5.000; dia 10, Belo Horizonte, MG, 1.000; Natal, RN, 4.000; dia 11, Rincão, PR, 1.000; dia 13, Teresina, PI, 30.000; dia 14, São Luiz, MA, 15.000; dia 15, Macapá, AM, 10.000; dia 16, Belém, PA, 80.000; Rio de Janeiro, RJ, 80.000; dia 17, Recife, PE, 15.000; Santa Inês, MA, 3.000; dia 18, Talatá, SP, 5.000; Volta Redonda, RJ, 4.000; Manaus, AM, 12.000; dia 19, Santa Luzia, MA, 1.000; Caruaru, PE, 10.000; Rio de Janeiro, RJ, 10.000; Rio Branco, AC, 7.000; Osasco, SP, 20.000; Embu, SP, 1.500; Itapavi, SP, 1.000; Monteagudo, RS, 50.000; Juazeiro, BA, 6.000; Cubatã, MT (comícios preparatórios), 5.000; dia 20, Curitiba, PR, 60.000; dia 21, Belo Horizonte, MG, 3.000; dia 22, São Paulo, SP, 30.000; dia 23, São Paulo, SP, 2.000; dia 24, Belo Horizonte, MG, 3.000; Mariana, SP, 3.000; Piracicaba, SP, 3.500; Jundiá, SP, 1.000; Mogi Mirim, SP, 2.000; Mogi Guaçu, SP, 1.000; Pariqueara, AC, 1.000; Itanhaém, SP, 3.000; Mongaguá, SP, 1.000; Campos do Jordão, SP, 2.500; Tatui, SP, 3.000; Poreci, MG, 3.000; São Paulo, SP, 1.000; dia 25, São Paulo, SP, 400.000; dia 26, João Pessoa, PB, 20.000; Santos, SP, 12.000; dia 27, Olinda, PE, 30.000; Porto Alegre, RS, 3.000; dia 28, Fortaleza, CE, 30.000; dia 29, Ceará, AL, 60.000; Bauru, SP, 3.000; Nova Horizonte, MG, 6.000; Lençóis, BA, 3.000. TOTAL: 775.000 manifestantes em janeiro.

Diá 5, Senador Firmino, MG, 4.000; Bento Gonçalves, RS, 8.000; Cruz Alta, RS, 8.000; dia 6, Anápolis, GO, 20.000; São José de Montes Belos, GO, 1.000; Iporá, GO, 4.000; Catalão, GO, 8.000; Planaltina, GO, 4.000; dia 9, Maringá, PR, 10.000; Dourados, MS, 2.000; dia 10, Palestina, PA, 1.000; São Domingos, PA, 1.000; dia 11, Marabá, PA, 3.000; dia 15, Ponte Nova, MG, 4.000; dia 16, Nova Iguaçu, RJ, 2.000; dia 17, Ourinhos, SP, 20.000; Patos de Minas, MG, 5.000; Monjas, MG, 5.000; São João del-Rei, MG, 6.000; Niquetê, RJ, 2.000; Três Rios, RJ, 15.000; Gurupi, GO, 30.000; Operário, MG, 5.000; MA, 5.000; dia 18, Presidente Prudente, SP, 40.000; Taubaté, SP, 5.000; São João del-Rei, MG, 3.000; dia 19, Lavras, MG, 5.000; Ilheus, BA, 5.000; Gama, SP, 3.000; dia 19, São José do Rio Preto, SP, 10.000; Itajubá, MG, 3.000; dia 20, Niterói, RJ, 3.000; dia 21, Rio de Janeiro, RJ, 250.000; dia 22, Campinas, SP, 20.000; dia 23, São Bernardo, SP, 15.000; Uberlândia, MG, 40.000; Afonso, MG, 4.000; Vitória da Conquista, BA, 15.000; dia 24, Campo Grande, MS, 30.000; Cratius, CE, 4.000; dia 25, Birigui, SP, 2.000; Indaiatuba, SP, 4.000; Ibiuna, SP, 2.000; Conselheiro Lafayete, MG, 5.000; Cambá, PR, 7.000; Campina Grande, PB, 10.000; Porto Velho, RO, 14.000; dia 28, Porto Alegre, RS, 8.000; idem, 2.000; dia 30, Feira de Santana, BA, 25.000; Florianópolis, SC, 15.000; dia 31, Lago da Pedra, MA, 2.000; Araguaia, GO, 3.000; Caixa de São José, SP, 1.000. TOTAL: 707.000 manifestantes em março.

Diá 2, Brasília, DF, 20.000; dia 25, Curitiba, PR, 40.000; dia 26, São Paulo, SP, 300.000; dia 27, Rio de Janeiro, RJ, 3.000; Belo Horizonte, MG, 3.000. TOTAL: 460.000 manifestantes em junho.



Engana-se no entanto quem pensa que essa recalcitância conservadora retirará as multidões da rua. As mobilizações de 1984 — continuando, num nível superior, uma ascensão que vinha desde 1978 — projetam-se no futuro. No novo quadro que se forma, ainda é cedo para predizer que bandeiras vão assumir e que formas empregarão. Mas tendem a continuar. Quem assistiu aos grandes comícios do ano que passou muitas vezes surpreendia-se com a alegria da multidão.

Graças a toda essa impressionante onda mobilizadora chegamos, ao que tudo indica, à agonia do regime militar. Não é talvez um fim como se sonhava, ou como se teria caso triunfassem as diretas-já. É, contudo, o fim ditado pela correlação das forças em luta aqui e agora.

No Palácio do Planalto os generais já arrumam as malas. Mesmo confessando-se vencidos por antecipação, não depõem as armas. Manobram com a intenção de influir sobre o novo regime. Almejam restringir o quanto possam as mudanças que se anunciam e, acima de tudo, conter o ascenso do movimento popular.

De sua parte, o povo também se prepara para os novos tempos. Lutou e derramou sangue pela liberdade precisamente para fazer uso dela e poder avançar, em melhores condições, no rumo da emancipação nacional e social. Alcançada a liberdade, não tenham dúvida, o povo haverá de usá-la.

Diá 1, Foz do Iguaçu, PR, 4.000; dia 2, Londrina, PR, 50.000; dia 5, Recife, PE, 60.000; dia 6, Natal, RN, 100.000; Itabuna, BA, 30.000; Campos, RJ, 5.000; dia 7, Petrolina, PE, 30.000; Alagoa Grande, PB, 100.000; dia 8, São Paulo, SP, 4.000; dia 10, Rio de Janeiro, RJ, 1.200.000; dia 12, Santa Maria, RS, 15.000; Itapetininga, MG, 50.000; Jequié, BA, 8.000; dia 14, Pelotas, RS, 25.000; Rio Grande, RS, 5.000; Itabira, MG, 20.000; Ipiatins, GO, 300.000; dia 13, Goiânia, GO, 200.000; Ipatatinga, MG, 50.000; Jequié, BA, 8.000; dia 14, Pelotas, RS, 25.000; Rio Grande, RS, 5.000; Itabira, MG, 20.000; Ipiatins, GO, 300.000; dia 15, Santana, AL, 1.500; São José dos Campos, SP, 10.000; Imparatic, MA, 5.000; Guanambi, BA, 4.000; Patricônia, AL, 4.000; dia 16, São Paulo, SP, 1.500.000; dia 17, São Luiz, MA, 8.000; João Monlevade, MG, 5.000; dia 18, São Paulo, SP, 1.000.000; dia 19, Vitória, ES, 100.000; Xique-Xique, BA, 1.000; Pocolândia, PA, 1.000; Quatrinha e Torixá, DF, 5.000; dia 24, Teresina, PI, 20.000; Macaé, AL, 20.000; Belém, PA, 10.000; dia 25, Brasília, DF, 6.000; São Paulo, SP, 6.000; Porto Alegre, RS, 3.000; Rio de Janeiro, RJ, 3.000; Belo Horizonte, MG, 3.000. TOTAL: 3.902.500 manifestantes em abril.

Diá 2, Brasília, DF, 20.000; dia 25, Curitiba, PR, 40.000; dia 26, São Paulo, SP, 300.000; dia 27, Rio de Janeiro, RJ, 3.000; Belo Horizonte, MG, 3.000. TOTAL: 460.000 manifestantes em junho.

Grandeza e desafios do movimento popular

As lutas do povo deram um salto de qualidade em 1984. Atingiram o estágio das batalhas políticas, um patamar de mobilização e consciência de massas antes desconhecido. Desenharam na prática os contornos de uma poderosa unidade popular. Contudo esta unidade esbarra ainda em ação nociva das correntes oportunistas e em antiga debilidade de organização.

Ainda há pouco, no governo do general Geisel, o movimento operário e popular era forçado à defensiva, a ações de resistência, frente a uma ditadura que parecia sólida. A situação atual é totalmente distinta. E difere também da fase transitória de retomada das lutas, iniciada em 1978.

As jornadas de 1984 marcam a passagem à ofensiva. Neelas, já não se trata apenas de resistir à ditadura ou arrancar-lhe esta ou aquela conquista parcial, a Anistia por exemplo. O povo colocou-se, como objetivo imediato, a substituição do regime de 1964. Buscou os caminhos concretos para isto. Encontrou-os, primeiro na campanha das diretas, em seguida na candidatura única das oposições. E percorreu-os.

O movimento operário e popular atuou em aliança com setores das classes dominantes, cada vez mais numerosos (veja na página 7), que também se opunham à perpetuação do regime. Mas não se deixou atrelar por eles.

É verdade que, nos palanques dos grandes comícios, as "estrelas" da política burguesa — e pequeno-burguesa — tentaram impor seu monopólio. Mas o bloqueio foi sendo rompido. E as multidões sempre se conduziram nas praças à sua maneira, livres, ousadas e irreverentes, escapando ao cabresto dos políticos das classes dominantes.

É só lembrar as palavras de ordem prediletas dos manifestantes de 1984, como "Fora daí; FMI" ou "Um, dois, três, Maluf no xadrez, e pra ficar completo Figueiredo e Delfim Netto", tão pouco ao gosto das "estrelas" conservadoras e liberais. Ou os aplausos estrondosos que premiavam sempre os oradores mais intransigentes frente ao regime militar.

Na campanha de Tancredo Neves essa participação independente começou a ganhar forma mais definida, com a realização de assembleias populares e democráticas. E em 13 Estados e no Distrito Federal, somando dezenas de milhares de participantes e mais de um milhão de entidades sindicais das cidades e do campo, estudantis, comunitárias, femininas e outras. Suas resoluções delineiam o programa das lutas do povo no futuro.

Há porém debilidades e desafios que ainda não foram ultrapassados. O próprio impulso vertiginoso das lutas encarregou-se de evidenciá-los. O movimento operário e popular pode ser comparado a um adolescente, em fase de crescimento, que já não cabe dentro dos antigos sapatos. A débil organização das grandes massas — um problema que não é novo — contrasta com a mobilização intensa. As entidades populares, mesmo aquelas mais prestigiosas, em geral têm bases organizativas apenas incipientes nos locais de trabalho, de moradia, de estudo. Isto se vincula à falta de liberdade no país, mas nem por isto deixa de ser um desafio.

A organização das entidades de massas é apenas incipiente

Temos os sindicatos, os as entidades estudantis. É negável que participaram nas jornadas de 1984, inclusive mais que em batalhas passadas, como a da Anistia; mas só refletiram palidamente a mobilização dos trabalhadores ou estudantes. No movimento sindical, perdeu-se a divisão em duas articulações concorrentes, que só fez atrapalhar a luta. A CUT convocou uma greve geral que não houve e fez um Congresso menor que o de 1983; quanto à Conclat, teve existência pródiga.

Influíram neste relativo atraso as correntes oportunistas que atuam no movimento popular. A ala dominante do PT, junto com os trotsquistas, no segundo semestre investiu contra a candidatura Tancredo, ignorando as exigências do combate ao regime e a própria vontade do povo, em função de interesses partidários. Já o partido giocondista, o PCB, obstruiu o quanto pôde as ações de massas, portando-se na prática como mero auxiliar das forças mais à direita no leque opositorista.

A superação destes pontos débeis ganha sentido de urgência no quadro atual. A transição democrática descortina ricas possibilidades para o florescimento da unidade popular. E gera também uma enorme expectativa que fatalmente se exprimirá em novas mobilizações de vulto e precisa ter canais unitários de expressão política. Fica colocada, em particular, a necessidade de encontrarem-se as maneiras práticas de dar estrutura à unidade popular que vai se delineando no país.

Ecoss de Guariba

Um acontecimento da luta de classes na esfera econômica merece desta que todo especial em 1984: o levantar dos assalariados agrícolas.

Quando os canavieiros de Guariba se sublevaram contra as "sete ruas" e seus companheiros dos laranjais de Bebedouro se ergueram também, iniciaram toda uma safra de greves. Hoje, no alvorecer de 1985, fica claro que trata-se de um fato de alcance estratégico — destinado a exercer influência prolongada e profunda sobre as lutas sociais em seu conjunto.

A safra grevista se espalhou entre os assalariados rurais temporários (os chamados bóias-frias) de dezenas de municípios paulistas, atingindo também os Estados vizinhos. A tabela abaixo, ainda que incompleta, dá uma idéia das dimensões do movimento, assim como de algumas das suas características. Foram em geral

paralisações espontâneas, que estouravam em um ou alguns municípios. Na maioria das vezes surpreenderam e atropelaram os Sindicatos locais, ainda despreparados para conduzi-las. Mesmo assim terminaram fortalecendo o movimento sindical no campo.

Enquanto isso, no Nordeste, os canavieiros paravam pelo quarto ano consecutivo, desta vez secundados por seis companheiros do Rio Grande do Norte e Paraíba. A luta dos assalariados rurais nordestinos obedece a uma dinâmica distinta: já possui antigas tradições de luta e uma organização respeitável. Nem por isso foi menor o seu avanço em 1984.

No total, foi mais de meio milhão de assalariados agrícolas em greve. Isto fatalmente se fará sentir com força nos rumos futuros do movimento camponês.

SAFRA DE GUARIBA			
Data	Local	Número de grevistas	Cultura
13/05	Santa Helena Acreúna Rio Verde Quirinópolis	GO GO GO GO	4.000 cana
15/05	Guariba	SP	10.000 cana
15/05	Bebedouro Barretos	SP SP	12.000 laranja
17/05	Monte Alto	SP	5.000 cana
18/05	Sertãozinho	SP	7.000 cana
21/05	S. Joaquim da Barra	SP	2.000 cana
22/05	Uberaba Jau	MG SP	3.500 cana
28/05	Limeira	SP	1.000 cana
29/05	Franca	SP	500 café
04/06	Ribeirão Preto	SP	4.000 cana
04/06	Andaraí	SP	500 cana
05/06	Mirandópolis	SP	600 cana
06/06	Ourinhos	SP	500 cana
13/06	Pontal	SP	6.000 cana
13/06	Tabapuã	SP	100 cana
15/06	Sul do Estado	GO	15.000 cana
18/06	Ribeirão Preto	SP	3.000 cana
20/06	Pitangueiras	SP	2.000 cana
27/06	Guaíra	SP	200 cana
01/07	Goiânia	GO	3.000 cana
04/07	Fronteira	MG	300 cana
05/07	Araraquara	SP	1.000 cana
10/07	São Manoel	SP	3.000 cana
30/07	Campos	RJ	30.000 cana
11/08	Sertãozinho	SP	1.500 cana
13/08	Pontal	SP	1.100 cana
26/09	Fernandópolis	SP	500 cana
02/10	Bebedouro	SP	12.000 laranja
TOTAL			127.900
SAFRA NORDESTINA			
16/09	Pernambuco		240.000
05/10	Rio Grande do Norte		30.000 cana
15/10	Paraíba		120.000
TOTAL			390.000
TOTAL GERAL NACIONAL			517.900

Diá 1, Teresina, PI, 80.000; Salvador, BA, 1.000; dia 4, Belo Horizonte, MG, 2.000; dia 5, Rio de Janeiro, RJ, 1.500; dia 9, Campo Grande, MS, 25.000; dia 10, Cubatã, MT, 30.000; dia 11, Porto Velho, RO, 20.000; Rio Branco, AC, 35.000; Aracaju (preparatórios), 4.500; dia 15, São Manoel, SP, 10.000; Vitória, ES, 20.000; dia 23, Camaçari, BA, 5.000; Brejo Grande, SE, 1.000; dia 29, Macaé, AL, 100.000. TOTAL: 312.500 manifestantes em novembro.

Diá 7, São Paulo, SP, 100.000.

Diá 10, Rio de Janeiro, RJ, 3.000; dia 13, Manaus, AM, 50.000; dia 14, Goiânia, GO, 2.000; dia 15, Natal, RN, 15.000; Juazeiro do Norte, CE, 10.000; dia 26, João Pessoa, PB, 70.000. TOTAL: 321.000 manifestantes em setembro.

Diá 12, Belém, PA, 200.000; dia 13, Marabá, PA, 50.000; Cratius, CE, 10.000; dia 15, Natal, RN, 15.000; Juazeiro do Norte, CE, 10.000; dia 26, João Pessoa, PB, 70.000. TOTAL: 355.000 manifestantes em outubro.

Diá 7, São Paulo, SP, 100.000.

Luís Carlos Leite

Por que Maluf não emplacou Cadê a maioria que estava aqui?

**1985
1984**

“Vai ser difícil seguir com votos”, desabafou há pouco, melancólico, o senador malufista Carlos Alberto (PDS-RN), referindo-se à tendência dos 686 membros do Colégio Eleitoral. Outros não acreditam em mais de 30 votos para Maluf. Como explicar tamanho favoritismo do candidato da oposição num Colégio que o regime militar armou expressamente para ganhar?

Os observadores políticos são fartos em especulações sobre a resposta: Se Figueiredo não tivesse brigado com Aureliano... Se Maluf tivesse concordado com um candidato de unidade do PDS... Se Leito e Marchezan não implicassem com o malufismo... Se o TSE não tivesse decidido que o voto no Colégio Eleitoral é livre...

Tais explicações pecam pela superficialidade. Enxergam só a aparência do fenômeno, e não seu conteúdo de classe. É preciso cavar mais fundo para saber por que o regime de 1964, antes de completar 21 anos de idade, jaz em seu leito de morte decrépito como uma múmia, e seu candidato já perdeu.

Acordos com o FMI aceleram a cisão

Naturalmente, no fundo de tudo está a natureza do regime militar imposto por tanques e baionetas, contra a vontade do povo. Ao que se assiste é fruto de duas décadas de resistência do povo e de toda uma galeria de combatentes pela democracia, que empenharam e muitas vezes sacrificaram suas vidas na luta contra a ditadura dos generais.

Porém a deterioração do regime, iniciada já nos idos de 1974-75, precipitou-se irresistivelmente nos últimos tempos sob o impulso de elementos desagregadores de ordem objetiva. Em fins de 1982 a dívida externa brasileira atingiu seu ponto crítico — forma educada de dizer que o país foi à falência. Como contrapartida para a “rolagem” da dívida, os credores estrangeiros exigiram e obtiveram do governo todo um remanejamento da renda nacional, no sentido de pagar os juros e amortizações. Em linhas gerais, é este o conteúdo dos acordos antinacionais de 1982-83 com o FMI e das seis e meia novelescas “cartas de intenções” que se seguiram.

Como de hábito, o ônus da dívida recaiu em peso sobre as costas das massas trabalhadoras. Mas atingiu também em cheio os interesses de setores consideráveis das classes exploradoras das cidades e do campo. A rigor, de todo o aspecto social brasileiro, só a ala da burguesia diretamente ligada à exportação abocanhava alguma sobra do que foi carregado para as metrópoles imperialistas — em primeiro lugar os EUA.

Desmoronaram assim os alicerces da aliança de classes reacionárias que sustentava o regime desde 1964. E era inevitável que mudasse também a correlação entre as forças em luta na arena política. Ao lado da exacerbada das lutas do povo (veja na página 6), entrelaçado com ela e empurrado por ela, deu-se o fim inglorio do PDS. Ao povo na rua somou-se a cisão nas hostes dominantes — inclusive a respeito de como fazer para enfrentar a escalada dos movimentos populares. Subverteram-se assim os planos de consagração do continuismo através do Colégio Eleitoral.

Ainda há 12 meses — quem diria! — o governo contava com uma confortável maioria de 38 votos no Colégio Eleitoral, mesmo apenas com os delegados do PDS. Por isso defendeu com tanta gana o Colégio. Nem supunha que seu partido iria terminar o ano literalmente reduzido a cacos, após sucessivas deserções em massa que mudaram todo o quadro partidário nacional.

Não por acaso, o desmoronamento da legenda do governo começou com a campanha das diretas-já (embora episódios localizados já o prenunciavam há alguns anos). As multidões na rua agiram sobre o PDS como um rio durante a cheia, que bate de encontro a um barranco e vai lhe arrancando os pedaços. O primeiro a despençar foi o chamado Grupo Pró-Diretas.

Na votação da emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril, foi possível medir a dimensão do Pró-Diretas, pelo menos a nível da Câmara Federal. Ele aglutinava 55 dos 235 deputados do PDS, tendo como porta-voz oficioso, por ironia do destino, o deputado capixaba Theodorico Ferrazo que mais tarde “malufou”.

Já na época aparecia, na retaguarda da dissidência, a figura de Aureliano Chaves. O vice-presidente também se pronunciava publicamente pelo voto popular, dizia que, “se fosse deputado, votaria pelas diretas”. Aureliano, porém, era ao mesmo tempo um “presidenciável” do PDS, como Paulo Maluf e Mário Andreazza.

Aureliano terminou caminhando para o rompimento com o regime, mas com “uma lentidão bovina”, conforme o arguto comentário de um observador.

A Frente Liberal rompe com o PDS

A segunda onda da dissidência tem data precisa: 12 de junho. Nesse dia uma tumultuada reunião da Executiva Nacional do PDS rejeitou a proposta de uma “prévia” entre as “bases” do partido, sustentada por aurelianos e andreazzistas. O senador José Sarney, que presidia a legenda desde o tempo da Arena, reagiu renunciando ao cargo. Na hora, os malufistas que lotavam a sala da reunião saudaram jocosamente a renúncia, com palmas e gritos de “muito bem”. Hoje, devem estar arrependidos.

A renúncia de Sarney precipitou o *racha*. Três semanas depois dela, Aureliano Chaves e o senador Marco Maciel desistiram de ser “presidenciáveis” do PDS, deixando apenas Maluf e Andreazza no páreo inglório. Reuniram-se com 400 pedessistas e decidiram formar blocos parlamentares independentes do PDS na Câmara e no Senado. Estava formada a Frente Liberal.

A Frente, pró-forma, continuou como parte do PDS, marcando para 19 de novembro o lançamento oficial do PL. De fato, porém, atuou desde o início como um novo partido — burguês-latifundiário por sua natureza de classe, com matiz político-ideológico, de um conservadorismo ilustrado, mas em nítida oposição aos projetos de continuidade do regime militar.

Tanto assim que sua primeira providência foi bater à porta do PMDB, em busca de uma aliança para vencer o governo no Colégio Eleitoral. Na época, com a retirada da emenda Figueiredo, haviam expirado as últimas chances reais de conquista das diretas-já. O Colégio aparecia, apesar do repúdio unânime do povo e das oposições, como o malcheiroso terreno onde se teria que decidir a sucessão. Mas em contrapartida, com a cisão no situacionismo, a correlação dentro dele mudara em favor da oposição.

O pacto PMDB-FL formalizou-se em 8 de agosto, com o manifesto de lançamento da Aliança Democrática. O texto, assinado por Ulysses e Tancredo, Aureliano e Maciel, tem sabor oposicionista. Prega em primeiro lugar o “restabelecimento imediato das eleições diretas, livres e com sufrágio universal” e em seguida a “convocação de Constituinte, livre e soberana, em 1986, para elaboração de nova Constituição”. Prevê também a “revisão da política salarial, com eliminação do processo de compressão



do poder aquisitivo dos trabalhadores”, a “garantia da autonomia e liberdade sindicais e do direito de greve”. Na questão crucial da dívida é mais escorregadio, falando em “reprogramação global da dívida externa, em condições que preservem o povo de sacrifícios insuportáveis e resguardem a soberania nacional”.

Os governadores também desertam

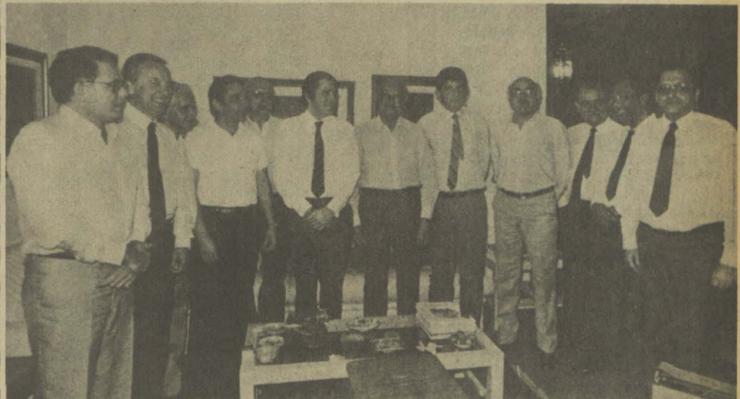
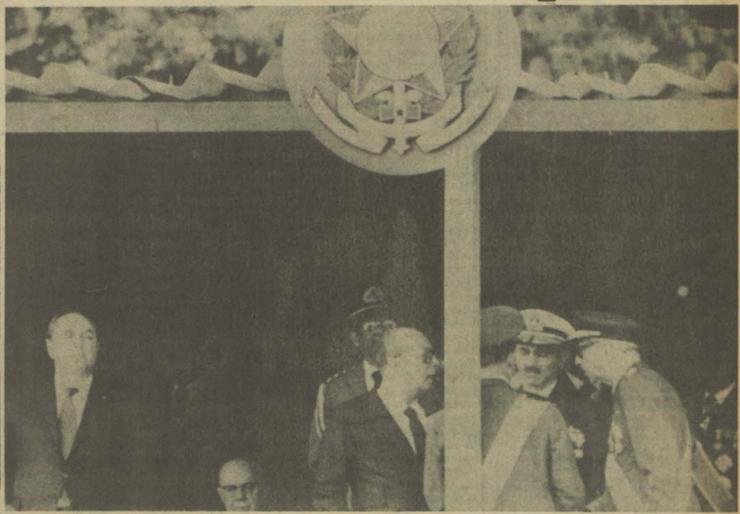
Em seguida à oficialização da candidatura Maluf, em agosto, veio a safra de deserções de governadores do PDS. Primeiro foram os do Ceará e Pernambuco, em seguida os demais, na grande maioria. Apenas os de Mato Grosso e Paraíba ficaram com Maluf, enquanto os de Santa Catarina e Rio Grande do

Sul, mesmo sem “trancedar”, guardavam prudente distância do candidato oficial.

Eleitos diretamente, esses senhores raciocinam em termos de voto. Em geral estavam com Andreazza ou Aureliano. E longe de terem compromissos com Maluf temiam o jogo pesado dos malufistas em seus Estados. Não tiveram dúvidas em “trancedar”. E ao fazê-lo cristalizaram a virada no Colégio em favor da oposição. Em outubro, dos 138 delegados estaduais escolhidos, mais de 100 são eleitores de Tancredo, contra pouco mais de 30 malufistas.

Depois disso o PDS passou a viver a fase que pode ser chamada do *salve-se-quem-puder*. Ninguém mais duvida da derrota de Maluf.

Os generais, verdadeiros donos do poder nesses 20 anos vêem-se forçados a engolir a vi-



Sob forte pressão dos protestos do povo (na foto, manifestação em Aracaju), Aureliano distancia-se dos generais; abaixo, os governadores ao “tancredarem”

tória oposicionista e tratam de retirar-se em ordem para os bastidores do poder, onde pretendem continuar à espreita (veja o artigo abaixo). Um sem-número de políticos acostumados à doce sombra do poder apressam-se em “desmalufar” enquanto é tempo.

Como se isso não bastasse, estourou dentro das ruínas pedessistas a disputa pelo espólio partidário. O grupo malufista o reivindica, como prêmio de consolação. Em seu solitário discurso na tribuna da Câmara, dia 3 último, Maluf já se comportou como se fosse o chefe de uma legenda de oposição direita a futuro governo. Ocorre que há outras figuras de olho gordo no espólio do PDS — que compreende diretórios montados nos 4 mil municípios do país. Entre elas estão Nelson Marchezan, Jarbas Passarinho

e até Antônio Delfim Netto, que se assanhou bastante depois que Tancredo, matreiramente, atribuiu-lhe o destino de líder da oposição.

Portanto a luta continua, até no velório daquele que não faz tanto tempo foi chamado “o maior partido do Ocidente” — aliás, chamado por um certo senhor Francelino Pereira, hoje aderente à Frente Liberal.

Curiosamente, o processo real do desmoronamento terminou atropelando o calendário formal da sucessão. O dia 15 de janeiro, em vez de assinalar a batalha decisiva contra o continuismo, parece destinado a ser um simples passeio triunfal das oposições vitoriosas desde antes. Desfez-se, sem remédio, a grande frente reacionária formada desde 1964, fazendo soar o dobre de finados do regime que a representou.

A negra sombra do militarismo

Somente em novembro, depois de muito esperar, os generais concluíram que não há mesmo jeito: terão que abandonar a ribalta do poder. Procuram agora garantir sua impunidade e posições influentes nos bastidores, dentro da antiga tradição do militarismo brasileiro e latino-americano, com uma sombra negra do passado a obscurecer a transição democrática.

A ação do *Sistema* fardado na sucessão foi tão desastrosa quanto truculenta, desde que ficou claro que seria impossível impor o sucessor à moda antiga. O *Sistema* vetou e impediu as diretas, através do chicote do general Newton Cruz. Mas não teve controle do processo, nem dentro do PDS. “Malufou” tardiamente, quando Paulo Salim sagrou-se candidato oficial da situação. E depois que Maluf entrou em parafuso, chegou a mostrar sinais de pânico. Ainda em outubro, nos quartéis, falava-se em candidatura militar e prorrogação de mandato, ministravam-se aulas de anticomunismo direcionadas contra Tancredo... enfim, conspirava-se.

Foi em meados de novembro que se acumularam os sintomas de que, apesar de seus esforços, os generais admitiam não ter saída exceto entregar a faixa presidencial a Tancredo. Data daí a nebulosa notícia, veiculada nos jornais, de encontros do candidato oposicionista com o ministro do Exército, general Walter Pires. Surgiram também sinais menos misteriosos: o



afastamento do furibundo general Cruz para um posto decorativo; a nota oficial do Exército dizendo que a sucessão se fará “na forma da Lei”; as súbitas declarações dos ministros militares, de que, se Tancredo ganhar, leva. Por fim, falando a 130 generais, já em dezembro, o próprio Figueiredo asseverava que em 15 de março passa o cargo a seu “substituto legalmente eleito”. O outro orador do dia, brigadeiro Délio Jardim de Mattos, admitia que “se aproxima o fim de um ciclo”, o de 64.

É um recuo? Sim, mas não é uma rendição. Batidos em todas as frentes, os generais organizam a retirada das posições que ocuparam, com a intenção

de perder os anéis para conservar os dedos, sempre prontos a apertar os gatilhos de golpes e intervenções. Em seu discurso de fim de ano à cúpula militar, Figueiredo discorreu sobre o papel das Forças Armadas atribuindo-lhes a missão de “defesa nacional” cujos limites ficaram perigosamente indefinidos.

Não vem de hoje, nem de 1964, o hábito de os militares brasileiros intervirem pela força na política. E nem há indícios de que agora eles irão abandoná-lo. O que mudou é que o povo, espolado por 20 anos de ditadura, compreende bem melhor os danos que isso acarretará. Resta, entretanto,

chegar aos meios efetivos para acabar com o militarismo, circuncrescendo as Forças Armadas à sua função de guardiã das fronteiras nacionais.

O fim do ciclo dos generais-presidentes, em si, resolve uma parte do problema. A transição democrática não pode deixar de pôr termo a outras seqüelas do militarismo exacerbado, como a existência de toda uma monstruosa máquina de espionagem e tortura centrada no SNI e nos DOI-Codis, ou os tribunais militares de exceção que esgrimem a famigerada Lei de Segurança Nacional, para não falar na completa impunidade de crimes hediondos do tipo do Riocentro.

O que os operários esperam de 1985

O que os operários esperam de 1985? Quais as expectativas diante do novo governo que se formará no país a partir de 15 de março? Qual a avaliação que fazem do ano que passou? Para coletar a opinião dos trabalhadores, a *Tribuna Operária* esteve numa das maiores fábricas de São Paulo, a Metal Leve, em Santo Amaro. Uma opinião é consensual entre os entrevistados: o fim do regime militar é motivo de alegria e esperanças.

1985
1984

"Só o fato dos militares serem expulsos de campo já nos deixa mais otimistas com relação ao próximo ano", comenta Francisco, operário da fundição, há três anos na Metal Leve. Para ele, "o Figueiredo e o seu bando de generais só prejudicaram os trabalhadores. A crise, que é culpa deles, deixou o operariado numa grande insegurança. A gente nunca tem tranquilidade ao vir para a fábrica, não sabe se encontra ou não o cartão de ponto no relógio. Além disso, eles arrocharam os salários, aumentaram a carestia de vida, puseram a polícia na porta da empresa para impedir nossas lutas, nossas greves".

"As coisas vão esquentar nos próximos anos"

Segundo Francisco, a Metal Leve aproveitou a crise econômica para demitir os operários com vários anos de casa e admitir novos, com salários mais baixos. Também intensificou o ritmo de produção, "com poucos operários fazendo o que muitos produziam antes". Com a vitória de Tancredo Neves, ele acredita que "as coisas vão mudar um pouco. Talvez o país avance, cresça. Mas nada vai ser dado de graça pra gente. Vai depender de muita luta. 1984 foi um ano de luta, nós estávamos em pé de guerra, em prontidão. Acho que no próximo ano as coisas vão esquentar mais ainda. Nós vamos aproveitar para reivindicar tudo aquilo que nos roubaram. O Tancredo vai ter muita dor de cabeça com a gente!"

José Maria, na fundição há 13 anos, também deposita esperanças no próximo ano, apesar de se mostrar preocupado! "Os militares não vão entregar a rapadura facilmente. Eles vão pressionar o Tancredo, vão tentar impedir que ele faça alguma coisa de bom para o país". Exatamente por isto, José Maria acha que "o operariado deve continuar sua luta. Antes do Tancredo assumir a Presidência, nós devemos pressionar para que ele tome posse. Logo depois nós devemos pressioná-lo, entregar as nossas reclamações. Devemos exigir maior liberdade, mostrar que com a mixaria que a gente ganha não dá para viver, mostrar que atualmente o trabalhador não tem qualquer valor no Brasil".

"Ninguém dirige o país pior do que os militares"

Um eleitor e simpatizante do PT, ferramenteiro com 10 anos de casa, mostra-se confuso com relação ao futuro! "A situação do país está muito indefinida. Não há garantias de que os militares entreguem o poder, não há garantias de que o Tancredo faça um governo mais preocupado com o povo". Ele não é dos que defendem que Maluf e Tancredo sejam a mesma coisa: "Lógico que um governo da oposição será bem melhor, inclusive porque seria impossível dirigir o país tão mal quanto os militares". Também não concorda com a posição do PT de boicotar o Colégio Eleitoral. "Isso é abandonar a luta, é ficar de braços cruzados". Mas mos-



Metalúrgicos caminham no interior da Metal Leve; alegres com o fim do regime militar e confiantes no próximo ano.

tra-se apreensivo com o futuro: "Eu não confio nos militares. Acho que ainda vão tentar alguma manobra para impedir a posse do Tancredo".

Já Genival, há nove anos na usinagem da Metal Leve, não esconde sua satisfação com o fim do regime militar! "Os militares já estão derrotados, vão ter de sair pelas portas do fundo do governo. Ninguém vai aplaudir o Figueiredo. Ele já devia ter abandonado o posto, ou melhor, nunca deveria ter sido presidente. Eles arrasaram o país e não há um trabalhador brasileiro que vá chorar de tristeza pelo fim deste governo".

"Parece que não, mas a liberdade nos ajuda muito"

Outro metalúrgico, há sete anos na ferramentaria, também está otimista: "Nós vamos tirar um estorvo do meio do caminho. Não que os problemas dos trabalhadores vão ser resolvidos. O Tancredo não vai ter condições e nem peito para enfrentá-los. Mas só o fato dos militares não estarem mandando descer o pau nos operários já vai ajudar". Para ele, a grande vitória de 1985 será a conquista da liberdade: "Parece que não, mas liberdade ajuda muito. É como se você estivesse no meio de uma selva, perdido, desesperado, e de repente achasse uma picada. A liberdade vai ser a picada dos operários para lutar por seus direitos, pra exigir tudo o que foi roubado, arrochado".

Um alagoano, com dois anos na seção da moldagem, participa da rodinha e concorda: "Nós estamos precisando de liberdade. Hoje, se a gente faz uma greve para reclamar maiores salários, a PM vem em cima, bate, leva o peão preso. Isto amedronta muita gente, muitos ficam encolhidos e não lutam. Com liberdade, a gente ganha coragem e condições de exigir o que é nosso". Encerrando a entrevista, fala um ativista sindical, há 28 anos metalúrgico, 12 dos quais trabalhando na Metal Leve: "O que me deixa mais confiante no próximo ano é que os generais vão sair do poder. Nossa luta foi longa, durou mais de 20 anos, mas nós saímos vitoriosos. Vai acabar o regime militar e vai começar uma fase de maior democracia. Isto vai dar condições para a gente lutar, para exigir que o país muda totalmente. Só esperamos de Tancredo que ele seja um democrata; o resto ele deixa que a gente conquista".

1985 será um ano de grandes esperanças para o povo brasileiro. E também de muitas lutas e mudanças. E o que dizem parlamentares opositores, artistas e líderes sindicais entrevistados pela *Tribuna Operária*:



O deputado operário Aurélio Peres

"Muitas lutas nos esperam em 1985. Para a classe operária, em particular, deverá ser o ano do avanço de todas as suas lutas e eu espero que marque a reunificação do movimento sindical, o avanço do mobilização dos trabalhadores, a conquista da liberdade e autonomia sindical, de salários justos, plena liberdade de organização partidária e, enfim, de melhores condições de vida para todo nosso povo. Será mais uma vez um ano de luta e esperamos que com mais liberdade e ainda mais combatividade". Aurélio Peres, deputado federal (PMDB-SP) e metalúrgico.



Gianfrancesco Guarnieri

"No terreno cultural, o fundamental é que seja um ano de liberdade. É termos liberdade cada vez mais ampla e que este espaço projete o movimento popular, inclusive junto ao movimento cultural. Antes do golpe, a gente teve anos de grande crescimento e efervescência nas nossas artes. 64 foi a ruptura. Agora a coisa vai para o alto: as perspectivas de liberdade deverão aumentar a participação, a coisa vai para o

altó! Gianfrancesco Guarnieri, ator e secretário municipal de Cultura de São Paulo.

"O país vai ter mudanças. Elas serão inevitáveis porque o Tancredo, em praça pública e diante da multidão, mostrou que vão haver mudanças. O povo está aqui na praça porque acredita nisso. Se as mudanças não vierem vai ser uma desmoralização total. Se não derem Constituinte, eleições diretas o mais rápido possível, a gente deve cobrar porque, então, é sinal de que fomos enganados mais uma vez. Acredito que haverá mudanças". Osmar Santos, locutor, durante o comício na Praça da Sé.

"Nossa expectativa é a de todo o povo brasileiro: esperamos que 85 comece um processo de democratização completa da sociedade, que os partidos possam se organizar, que os trabalhadores se fortaleçam nos sindicatos e que haja melhoria substancial nas condições de vida do povo brasileiro. Com relação ao problema dos municípios, acreditamos que vão ocorrer mudanças, o centralismo, que é fruto do autoritarismo, deverá ser eliminado e teremos mais recursos para os municípios". Humberto Parro, prefeito de Osasco.



O deputado baiano Haroldo Lima

"Assim como 1984 foi um ano de grandes vitórias na luta contra o regime militar, 1985 deverá ser um ano de vitórias ainda maiores com a consolidação do processo de libertação do povo brasileiro. Ainda temos muitas batalhas pela frente e para vencê-las é fundamental que todas as forças populares e democráticas estejam permanentemente mobilizadas lutando para fazer valer seus interesses e suas opiniões. Sem dúvida alguma deverá ser um ano de lutas ainda maiores pela conquista definitiva da liberda-

de e da democracia, com a derubada de todo o legado autoritário deixado pelo regime militar, a preparação da Assembleia Constituinte e a consolidação do processo democrático no país, com a construção das bases de um novo regime, de natureza popular e democrática, que começa a surgir no horizonte". Deputado federal Haroldo Lima (PMDB-BA).

"A grande mobilização popular que marcou o ano de 1984 e a expectativa de mudanças efetivas caracterizadas pela vitória de Tancredo, que representa um governo de transição democrática após 20 anos de regime militar, apontam para um ano de intensa luta pela soberania nacional dilacerada pelo mais desavergonhado entreguismo, luta pela reforma agrária radical, por emprego e salário justos e organização partidária livre, pelo ensino público e gratuito e pela Assembleia Constituinte livre e soberana". Aldo Arantes, deputado federal (PMDB-GO).



Enio, dos Metalúrgicos de Caxias

"Esperamos, com a troca do presidente da República, mudanças em favor dos trabalhadores. Tancredo deve assumir o compromisso de aplicar um plano que dê um basta a esta situação. Para isso, o povo tem que tomar consciência de que não pode ficar esperando que as suas reivindicações caiam do céu. Temos que lutar unidos pelos nossos direitos, principalmente porque estamos saindo de um período de 20 anos de arbítrio e as conquistas só serão possíveis mediante a organização dos trabalhadores. Não podemos ficar à espera de dádivas dos governantes". Enio Marques, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul-RS.

segundo lugar a Constituinte e que as bandeiras todas estejam sempre na praça pública. A mudança do regime militar para um poder civil representa muita coisa para o povo brasileiro. Em termos culturais, com Tancredo presidente a gente espera uma compreensão muito maior da cultura, que até agora nós não tivemos." Raul Cortez, ator.



O senador Severo Gomes

"O país, em 85, vai ter forças nacionais e populares organizadas neste confronto com as pressões externas que pretendem dominar o país e mandar na nossa vida. Acho que é fundamental que o governo Tancredo negocie a dívida a partir dos nossos interesses e espero que nós falemos mais grosso com os credores estrangeiros". Severo Gomes, senador (PMDB-SP).

"Acredito que em 85 haverá uma moralização do poder central. Acredito que vai haver mudanças com Tancredo. Temos que trabalhar junto com ele". Fafá de Belém, cantora.



Fafá de Belém, cantora do povo

"A nossa maior felicidade seriam as diretas-já em 85, mas este período de transição, com Tancredo à frente, já é uma grande maravilha para o povo. Vai ser o momento mais feliz para o nosso país, a superação de muitos anos de vícios e coisas terríveis". Beth Carvalho, cantora.

Miriam Fichtner

Nova página na vida do país

Há anos e anos. O de 1984 já tem lugar na história pela pujança das mobilizações que condenaram à morte o regime militar. E 1985? Ao que tudo indica, abrirá uma página nova na vida do país. Livre da ditadura, o movimento operário e popular terá condições de colocar num nível superior a luta pelas mudanças de fundo que seus interesses exigem.

1985
1984

Não foi por simples retórica que Tancredo Neves referiu-se, em Vitória do Espírito Santo, a uma "nova República" por nascer em 1985. Já tivemos neste século a República dos coronéis, o regime do movimento de 30, o Estado Novo, a República constitucional de 1945-64 e o regime dos generais, hoje agonizante. A partir de 15 de março, com a presumível posse do governo de transição democrática, entramos em outro capítulo.

Faltam ainda elementos para descortinar com nitidez o quadro futuro. A transição democrática, na correlação de forças existentes, pode seguir roteiros distintos. Corre o risco de aproximar-se da conciliação, entre as cúpulas governantes de hoje e de amanhã, deixando pela metade a demolição da ditadura e marginalizando as massas do povo. E pode também marchar para a ruptura com a ordem ditatorial, uma ampla democracia e um salto de qualidade no avanço do movimento operário e popular.

O que se sabe desde já é que haverá mudanças de conjunto no panorama nacional, mesmo porque não há força neste mundo capaz de mantê-lo como está (que o digam os generais, que tanto o tentaram sem conseguir). Será o novo quadro concreto que permitirá ao movimento popular, suas forças organizadas e conscientes, a necessária redefinição de sua tática geral.

De qualquer modo, a situação de hoje e a experiência acumulada pelo povo já apontam determinados rumos para a luta na etapa que surge. São bandeiras já desfraldadas, no combate à ditadura militar, mas que se dirigem para o futuro e tendem a ganhar cada vez mais força.

Em termos sintéticos, elas podem ser agrupadas em três blocos: o da Constituinte, o da dívida externa e o das medidas de emergência.

O que o movimento popular tem a ver com a Constituinte

A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte tem sido, ao longo de toda a resistência à ditadura, o objetivo maior da frente oposicionista.



Desde 1966 os setores mais lúcidos da oposição a defendem. Aos poucos esta bandeira ganhou enorme amplitude, sendo assumida por todos os partidos oposicionistas exceto o PT. Ganhou também maior consistência, com a explicitação de que a Constituinte deve ser livre e soberana.

Livre, no sentido de eleita diretamente por sufrágio universal, em clima de plena liberdade de organização partidária e de expressão, com acesso amplo e gratuito aos meios de comunicação, inclusive rádio e TV.

Soberana, no sentido de que nenhum poder, instituição ou corporação — inclusive as Forças Armadas — possa cercar as atividades da Assembleia, que precisa ter plenos poderes para elaborar a lei máxima do país.

Agora a luta pela Constituinte está às portas da vitória. Tancredo prometeu solene e reiteradamente que sua convocação será o primeiro e principal ato de seu governo. A data prevista para a eleição (novembro de 1986) é razoável: coincide com o fim dos atuais mandatos legislativos (salvo os 23 senadores eleitos em 1982, um problema à parte); e o mais importante, dá tempo para a nação varrer a lama do autoritarismo e construir o clima de liberdade indispensável à tarefa constituinte.

Por que a Constituinte se impõe? O Brasil sai de um período em que o governo atuou à margem da lei e reduziu a Constituição existente a um monstro disforme e autoritário. Só ao povo, fonte de todo poder legítimo, caberá decidir quais devem ser as novas re-



Tancredo tem razão quando anuncia uma "nova República"; o que as massas querem dela e quais as bandeiras que desfraldarão na fase que se inicia em 85?

gras do jogo no país. A erradicação das mazelas deixadas pelo regime militar exige uma nova ordem institucional. Os problemas nacionais agravados nas últimas décadas exigem novo tratamento na Carta Magna.

Para o movimento operário e popular a convocação da Constituinte é um momento privilegiado de avanço e acúmulo de forças. Estarão em debate os problemas de fundo do país e a maneira de encará-los. Naturalmente a superação destes não é viável dentro da ordem econômico-social vigente, mesmo com uma nova Constituinte. Ainda assim, a Constituinte permitirá que as massas do povo debatam estes problemas em vasta escala, mais do que nunca, levantando com independência e ousadia as suas soluções.

A crise social reclama um plano de emergência

Amarrada à crise política está a crise social aguda, a "dívida social" como dizia Teotônio Vilela. Os efeitos do regime militar sobre a existência do povo assemelham-se aos de uma guerra de rapina. Impõem-se medidas de emergência que contemplem os reclamos mais urgentes da população arrochada, carente de empregos, de terra, de educação e saúde.

Fala-se muito ultimamente num "pacto social", que teria como inimigo a inflação. É bom que os senhores burgueses que introduzem tal debate não cogitem com isso manter a situação atual dos explorados. Estes apóiam Tancredo precisamente na esperança de um governo que enfrente e pelo menos alivie seus padecimentos, que se tornaram insuportáveis.

O fim do achatamento dos salários e a restituição de seu poder de compra, a criação de empregos em ampla escala, o amparo aos trabalhadores do campo e aos moradores das periferias urbanas não são questões que se possam barganhar. Combater a inflação é importantíssimo sim, mas para tornar mais leve o fardo que ela descarrega sobre o povo pobre. Alimentos, transportes, aluguéis, contas de luz, gás, água e telefone, anuidades das escolas, medicamentos e outros gêneros e serviços essenciais precisam de uma política de preços que debele o custo de vida.

Não manter o país acorrentado à política do FMI

Os movimentos e entidades populares já têm, relativamente trabalhadas, reivindicações bem concretas neste plano. Sua expectativa em torno delas é, sem exagero, colossal. Vão cobrar soluções positivas e vigo-

rosas e estão dispostos a lutar para conquistá-las.

As medidas em favor do povo dependem de recursos e os que o Brasil possui, como se sabe, estão sendo usados para pagar as amortizações e juros escorchantes da dívida externa. Os acordos do regime militar com o FMI — denunciados pela OAB por violarem a soberania nacional — impedem de fato qualquer política de elevação do bem-estar dos brasileiros.

O movimento popular tem isto perfeitamente claro. Os operários de São Paulo e Rio Grande do Sul já foram até à greve geral, em 1983, contra as imposições do Fundo. É consenso nos meios populares que tais acordos devem ser anulados e o pagamento da dívida suspenso.

Na pregação de Tancredo e no ideário dos membros de sua recém-montada assessoria econômica esta questão continua vaga, enevoada. E o exemplo da Argentina de Alfonsín, que ensaiou uma resistência ao FMI e terminou por render-se, mostra que esta batalha não é fácil. O país endividado que tenta erguer a cabeça sofre pesada chantagem dos banqueiros internacionais. Mas não há saída para o Brasil e seus filhos afora a anulação dos acordos com o Fundo e a suspensão dos pagamentos. É certo, portanto, que estas bandeiras tremularão ainda mais alto nas lutas de 1985.

A presença marcante do PC do Brasil

A intensa mobilização popular de 1984 trouxe à luz do dia as bandeiras vermelhas e os oradores do Partido Comunista do Brasil, o PC do B. Esta presença marcante despertou o ódio da reação e resistências em setores mais conservadores da frente oposicionista; em compensação, arrancou aplausos do povo trabalhador, desejoso de mudanças profundas no país.

Desde os primeiros comícios pelas diretas-já, no início do ano, ficou claro que os comunistas ocupariam as praças dispostos a contribuir decididamente na luta pelo fim do regime militar. Na maioria das manifestações oposicionistas realizadas em todos os Estados da Federação os comunistas conquistaram espaço para defender suas idéias e desfraldar suas bandeiras. Mesmo em cidades escondidas no interior do país, viu-se pela primeira vez a presença do partido. E, contrariando a "indústria do anticomunismo", o povo saudou com entusiasmo a participação do PC do Brasil, evidenciando que a luta pela democracia impõe a legalização dos partidos proscritos.

Como foi reconhecido inclusive por inúmeros democratas e liberais, o PC do Brasil teve posição de destaque na mobilização popular e no tom oposicionista de ambas as campanhas — a das diretas-já e a pró Tancredo Neves. Com o início das articulações com vista à disputa no Colégio Eleitoral, os comunistas tensionaram suas forças para fazer o povo intervir de forma organizada no processo sucessório. Neste sentido o PC do Brasil foi o

proponente e um dos impulsores das dezenas de Assembleias Populares e Democráticas realizadas nas principais capitais do país.

A presença marcante dos comunistas gerou temor nas hos-

tes reacionárias. O general-presidente Figueiredo chegou a usar a palavra em rede nacional de rádio e TV para criticar a participação dos comunistas na luta sucessória. Esta reação não visava apenas isolá-los; seu objetivo era também o de enfraquecer a frente anti-regime militar, tirar-lhe o conteúdo oposicionista e restringir a participação popular.

A tática dos generais criou certos problemas no seio do próprio movimento oposicio-

nista. Em alguns comícios verificou-se a posição sectária e arbitrária de segmentos conservadores da frente das oposições, como na manifestação pelas diretas-já em Manaus, em fevereiro, e no ato pró-Tancredo em Belém, no mês de outubro. Em ambas ocasiões, os verdadeiros democratas criticaram duramente a repressão aos comunistas, a destruição de suas bandeiras e as prisões.

Durante todo este período os comunistas demonstraram coe-

rência e firmeza nos seus objetivos de mobilizar o povo para derrotar o regime militar e conquistar as liberdades. Em janeiro, num manifesto aos trabalhadores e ao povo brasileiro, a Comissão pela Legalidade do PC do B traduzia o significado do "brado vigoroso do povo nas ruas exigindo as diretas": "A batalha pela reconquista do direito de votar vincula-se à luta democrática mais geral pela liquidação do regime militar".

Posição coerente durante toda a batalha sucessória

Logo após a derrota da emenda Dante de Oliveira, em abril, outro documento defendia a continuidade da mobilização pelas diretas, demonstrando que "embora não tenha ainda alcançado sua finalidade, a campanha obteve êxitos consideráveis. A participação maciça do povo nas ruas, em comícios e passeatas, mudou o cenário político. Cresceu o nível de consciência das massas, acentuou-se o anseio de unidade das forças populares e democráticas. O governo, desacreditado e desmoralizado, revelou-se minoritário, sem condições de prosseguir à frente da administração federal".

Mais adiante, em julho, a Comissão pela Legalidade do PC do B apresentou sua contribuição inicial para o programa mínimo do candidato único



Comício das diretas no Anhangabaú, em abril: presença destacada do Partido Comunista do Brasil

Grito por liberdade na Praça da Sé

O povo de São Paulo retornou à Praça da Sé para exigir liberdade e o fim do regime militar no comício realizado dia 7 em apoio ao candidato das oposições, Tancredo Neves. A manifestação foi vitoriosa e reiterou o grande anseio dos brasileiros por mudanças, embora com um público que oscilou em torno de 100 mil, aquém da expectativa.

Nas faixas e palavras de ordem levantadas no ato, os participantes ressaltaram a necessidade de se conquistar um regime de amplas liberdades políticas, ao mesmo tempo em que saudaram a unidade popular alcançada na luta contra o arbítrio. O coro "Um, dois, três, Maluf no xadrez", um dos preferidos pela massa, foi insistentemente gritado.

O amplo leque das forças que apoiam Tancredo Neves esteve representado no palanque comandado pelo locutor Osmar Santos: compareceram vários artistas (Fafá de Belém, Beto Guedes, Beth Carvalho, Ney Matogrosso, Raul Cortez e Gianfrancesco Guarnieri, entre outros), 10 governadores (inclusive os do Piauí, Hugo Napoleão, do PDS, e do Rio, Leonel Brizola, do PDT) e os deputados do PT, Ayrton Soares (federal), Marco Aurélio Ribeiro e Sérgio Santos (estaduais).

Os pronunciamentos também ficaram à altura do forte espírito oposicionista. O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Renildo Calheiros, um dos oradores mais aplaudidos, lembrou que "o que mais cresceu nesses 20 anos de arbítrio foi a fome, o desemprego e a miséria, mas cresceu também o desejo de mudança do povo. Por isso, todos se colocam ao lado de Tancredo Neves para conquistar a liberdade".



O povo que foi ao comício apoiar Tancredo quer Maluf no xadrez, exige liberdade e já não tolera regime da corrupção e arbítrio

O representante da Comissão Nacional pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil, Dynêas de Aguiar, salientou que é necessário "manter a unidade popular para enfrentar os grandes problemas legados pela ditadura. É preciso acabar com o arrocho salarial, com o desemprego; é preciso democratizar o país, através de uma Constituinte e construir uma nação livre, soberana, onde o povo possa ser dono de seu destino".

O prefeito de São Paulo, Mário Covas, chegou a pedir "a expulsão do Fundo Monetário Internacional do país", enquanto, na mesma linha, o

governador Franco Montoro ressaltou que o Brasil "não pode continuar sendo mandado pelo FMI. É o povo quem deve mandar no país".

Já o ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, disse: "Estão aqui todas as bandeiras, de todas as cores, unidas em torno de Tancredo Neves para a vitória. O nosso adversário caiu ainda no primeiro round". Quase todos os oradores reconheceram a importância da presença e participação do povo na campanha democrática. "Foi o povo nas ruas que consolidou a candidatura de Tancredo e a legitimou", afirmou o governador de Goiás, Íris Resende.

os direitos democráticos do nosso povo que nunca haverão de ser profanados".

O candidato das oposições afirmou ainda que "aqueles que pensavam perpetuar-se no poder subjugando o nosso povo, silenciando-o, humilhando-o, cometeram um greve erro, porque este povo reagiu, protestou e manifestou seu inconformismo, chamando a si a condução dos destinos da pátria, a reivindicação dos seus direitos usurpados, espoliados e espezinhados".

O comício foi marcado por um cli-

ma democrático. As bandeiras do Partido Comunista do Brasil (reivindicando liberdade e saudando a unidade popular) tremularam livremente na Sé. Viu-se, contudo, que o povo ainda não está livre de certos tipos com um acentuado e "oportuno" senso de servilismo e parasitismo político. Embriagados com o cheiro do novo governo que se aproxima e na ansia de mostrar serviço, eles procuram ser mais realistas do que o rei exibindo um raivoso anticomunismo. Pertencem a essa espécie execrável os elementos que se arvoraram em polícia do PMDB e do governo estadual e que tentaram impedir a presença de bandeiras do PC do B no comício (entre eles o publicitário Armando Santana, os funcionários da Secretaria de Finanças, Luiz Fernando Botelho e "Tobias", esses últimos comandados por Denísir Alves, ligado aos revisionistas. Eles chegaram a agredir covardemente com pedaços de pau, no melhor estilo malufista, o membro da Comissão pela Legalidade do Partido, José Luiz Passos, mas não lograram senão um repúdio generalizado do povo e até da própria direção do PMDB).

"O povo chamou a si a condução da pátria"

O ato deixou claro, ainda, o isolamento a que está relegado o intitulado Partido dos Trabalhadores. Um núcleo do PT na Zona Leste chegou a se dividir e parte de seus integrantes foram ao comício. O deputado Ayrton Soares foi entusiasticamente aplaudido ao falar na Sé. Por outro lado, a forte chuva, a fraca convocação, a inexistência de facilidades para o deslocamento da população (não houve ônibus nem metrô grátis, como ocorreu na campanha das diretas) e o clima do "já ganhou" disseminado pela oposição, impediram uma presença ainda maior do povo.

"Construir uma nação livre e soberana"

Aclamado pela multidão, o presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, um dos últimos oradores, destacou que "o povo aqui está alegre porque tem esperanças no governo da oposição e não podemos matar essa esperança. É preciso convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, sem o que não haverá liberdade, democracia e justiça social no Brasil".

O último a usar a palavra, Tancredo Neves deixou claro o caráter oposicionista que pretende imprimir ao seu governo. "Não aceitaremos mais afrontas à nossa soberania e nem permitiremos que a dívida externa seja paga às custas da fome do nosso povo". Disse que "a convocação da Assembleia Nacional Constituinte será o primeiro marco do novo tempo. Queremos uma Constituição onde serão inscritos



Uma manifestação, na qual a população levantou livremente suas bandeiras



Dynêas de Aguiar discursa em nome dos que lutam pela legalidade do PC do B

Congresso da Conam reúne 21 Estados

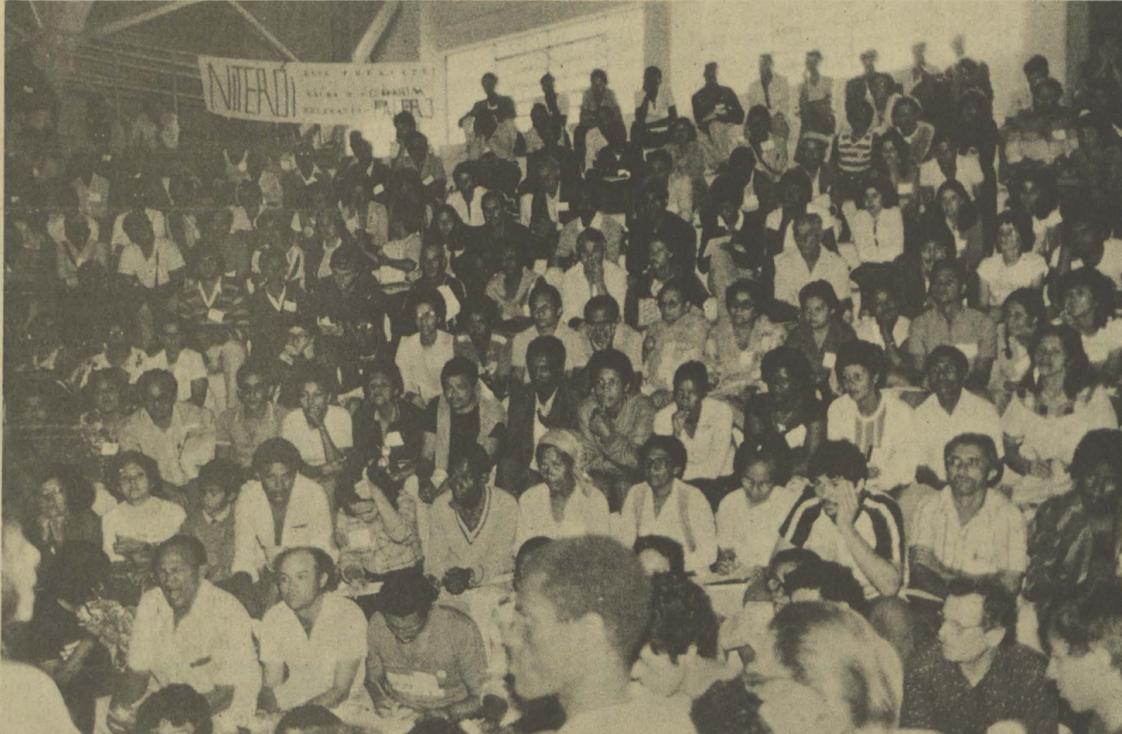
Mais de 3 mil delegados de 21 Estados compareceram ao II Congresso da Confederação Nacional das Associações de Moradores, realizado no ginásio do Pacaembu, em São Paulo, dias 8 e 9. O Congresso elegeu uma diretoria unitária com mandato de um ano. Convocou um conselho de representantes, em abril, para reformular os estatutos e apoiou a candidatura Tancredo Neves.

Apesar das debilidades causadas pela pressão em sua convocação, a reunião foi bastante representativa. Só não compareceram delegados do Acre, Rondônia e Santa Catarina. As posições políticas aprovadas foram no geral as mais avançadas: apoio ao candidato Tancredo Neves; rompimento com o FMI e suspensão da dívida externa; legalização de todos os partidos clandestinos; convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nas questões específicas foram discutidas e aprovadas propostas relativas à habitação, transporte, educação, saúde, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, reforma urbana, reforma agrária radical, entre outras. Para Ana Maria Martins, eleita tesoureira-geral na nova diretoria, "o positivo do Congresso foi ele ter se realizado e tirado uma diretoria unitária e mais representativa". A unidade foi sua marca.

UNIDADE DO MOVIMENTO

A chapa eleita ainda tem debilidades, mas foi um passo fundamental para a unidade do movimento. Apenas o presidente da Federação dos Moradores de Mato Grosso, Valmir



Os delegados escolheram uma nova diretoria da Conam, "ainda com debilidades, mas que significou a unidade do movimento"

Cardoso de Oliveira, não gostou que a ampla maioria apoiasse Tancredo e, ao ouvir a massa cantando palavras de ordem contra Maluf, retirou-se junto com a delegação de seu Estado, afirmando que o Congresso estava discutindo só política.

João Bosco, secretário-geral da Conam, explica que "a nova diretoria eleita terá por responsabilidade o en-

caminhamento do plano de lutas aprovado, sua divulgação e sua entrega ao futuro presidente, Tancredo Neves, para que seja inserido em seu programa de governo".

A maior delegação estadual foi a de Minas Gerais, com cerca de 500 pessoas. João Vieira, secretário da Federação das Associações de Moradores de Bairros e Favelas de Belo Horizon-

te, fala das dificuldades enfrentadas: "O espaço de tempo para discussão foi muito curto. E foi um feito heróico trazer uma delegação dessas". Entre os delegados existia uma crítica à antiga direção da Conam: "A nossa vinda aqui hoje é para reconstruir a Conam — comenta João Vieira —, fazê-la cumprir o que ela não fez. Ela não participou das lutas gerais

nem das específicas. A Conam não unificou essas lutas".

CRESCIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES

Nos últimos anos o movimento de bairros cresceu bastante, nas capitais e até mesmo nas pequenas cidades do interior. Maria Aladilce de Sousa, da diretoria da Federação de Moradores de Salvador, conta que sua entidade quando foi criada, há três anos, tinha apenas oito associações filiadas. "Hoje nós temos 95 filiadas", acrescenta ela. Lidenor Bezerra Lima, presidente da Associação de Moradores João Paulo II, no povoado de Estrela, município de Palmeira dos Índios, Alagoas, relata: "Quando nossa associação foi criada tinha 30 sócios e hoje tem 400". Estrela tem 4 mil habitantes.

No encerramento, Dalva Medeiros, presidenta da Federação de Moradores de Belo Horizonte e vice-presidenta da região Sudeste da Conam, ressaltou a importância da realização daquele Congresso num momento em que "o regime militar que oprime o povo há mais de 20 anos está chegando ao fim".

A falta de organização causou sérios transtornos às centenas de delegados de outros Estados. Houve deficiências no alojamento e a alimentação atrasou muito no primeiro dia do Congresso. Na abertura dos trabalhos não se contou com a presença do ex-presidente Almir de Barros. No dia 9, foi a posse da nova diretoria, encabeçada por Orlando Zanfelice, de São Paulo. O prefeito Mário Covas, o vice-governador Orestes Quêrcia e vários parlamentares estiveram presentes. (Domingos de Abreu)